



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1170/15	DATA: 13/07/2015	
LOCAL Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	INÍCIO: 09h40min	TÉRMINO: 13h59min	PÁGINAS: 84

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BISPO OSSÉSIO SILVA - Deputado Estadual.
TERESA LEITÃO - Deputada Estadual.
EDILSON SILVA - Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco.
EDNA JATOBÁ - Coordenadora do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares — GAJOP.
SÉRGIO MOURA - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude.
ELEONORA PEREIRA – Integrante do Movimento Nacional Mães pela Igualdade.
MAXWELL VIGNOLI - Promotor de Justiça.
REJANE PEREIRA - Integrante da Coordenação Colegiada da Cidadania Feminina.
ROMERO SILVA - Representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP.
SYLVIA SIQUEIRA CAMPOS - Presidente da ONG Mirim Brasil.
VERA BARONI - Representante do Comitê Impulsor de Pernambuco da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.
JOSÉ DE OLIVEIRA - Representante do Movimento Negro Unificado de Pernambuco.
ALERSSON TEIXEIRA - Representante do Fórum de Juventude Negra de Pernambuco.
PAULO TRIGUINOSO - Representante do Movimento ABRAÇA Recife.
LÉO MACHADO - Representante da ONG FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
CLÁUDIO PINHO – Representante do Movimento dos Povos Tradicionais das Cidades — MPTC.
ANDERSON VENÂNCIO - Representante do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.
LÚCIA HELENA - Coordenadora do GT Racismo PMPE.
LINDIVALDO JUNIOR - Representante do Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial — CEPIR.
ALFREDO SANTANA - Vereador da Câmara Municipal de Recife.
YURI GALDINO DA SILVA - Representante da União dos Estudantes de Pernambuco — UEP Cândido Pinto.
CLÁUDIO PINHO - Representante do Movimento dos Povos Tradicionais das Cidades — MPTC.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANDERSON VENÂNCIO - Representante do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

LÚCIA HELENA - Coordenadora do GT Racismo.

MARCELO SANTA CRUZ - Vereador de Olinda, Estado de Pernambuco.

IRIS REGINA - Representante do Grupo Cabelação.

SUMÁRIO

Audiência Pública no Estado de Pernambuco, em atendimento ao Requerimento nº 05/2015, do Deputado Reginaldo Lopes, que “requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados”.

OBSERVAÇÕES

Houve manifestação da plateia.

Grafia não confirmada: Ryan.

Há falha na gravação.

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e a todas!

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 do mês de março, com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março, foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2015, de minha autoria, que *“requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados”*.

A CPI já visitou os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Pará, Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Sul e agora está em Pernambuco.

Quero convidar o nosso Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Edilson Silva. Obrigado pela presença. *(Palmas.)* Também quero convidar a nossa Relatora da CPI, Deputada Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro. *(Palmas.)* Convido também o autor do requerimento para a CPI estar presente no Estado de Pernambuco, o nosso amigo Deputado Betinho Gomes. *(Palmas.)* Muito obrigado, Deputado Betinho Gomes, por propor a nossa vinda do Estado.

Como organizador e autor do requerimento, convido o Deputado Pastor Eurico. *(Palmas.)* Convido o também membro atuante da nossa CPI, Delegado Edson Moreira. *(Palmas.)*

Para compor a Mesa de abertura, convido o Deputado Bispo Ossesio Silva *(palmas)* e a Deputada Teresa Leitão. *(Palmas.)* Nós compomos a Mesa de abertura rapidamente. Depois, nós vamos compor a Mesa dos convidados, quando iremos alternar entre a fala de um convidado que vai compor a segunda Mesa com a fala dos companheiros do plenário.



Peço ao Robson, Secretário da CPI, que receba as inscrições de quem deseja fazer uso da palavra, a fim de que a gente possa garantir a participação de forma a alternar entre a Mesa e o plenário.

Primeiro, quero fazer uma saudação aqui e agradecer a presença de todos nesta manhã de segunda-feira. Quero agradecer mais uma vez ao Deputado Betinho Gomes, ao Deputado Pastor Eurico e à Assembleia Legislativa, por meio das pessoas dos Deputados aqui presentes.

Estamos encerrando no Estado de Pernambuco ao que vou chamar de primeira rodada dos nossos trabalhos da CPI. Por que eu estou chamando de uma primeira rodada? De fato, a Relatora vai apresentar o relatório final amanhã. Vamos trabalhar para aprovação do relatório, mas ele aponta várias proposições legislativas. Nós vamos trabalhar para que essas proposições legislativas possam tramitar num curto período. Como nós apresentaremos várias emendas à Constituição, de fato, nós vamos ter de constituir novas Comissões Especiais. Portanto, vai depender da dinâmica da nova Comissão, mas é evidente que a nova Mesa, que vai presidir e coordenar essas Comissões, vai democratizar e abrir o debate para a população, em especial para o movimento negro. Neste sentido, também nós vamos apresentar alguns projetos de leis, pois será necessária uma nova tramitação em Comissão Especial.

A vinda aos Estados tem o objetivo de dar visibilidade ao debate, porque eu tenho sempre falado com a mídia: “*Quem decretou o silêncio?*” Existe um silêncio na sociedade brasileira, em todos os poderes, inclusive na grande mídia, que não denuncia e não fala de tantos homicídios que o Brasil tem a cada ano. Ou seja, nós matamos mais que todas as guerras juntas. Pelo Mapa da Violência de 2004 a 2007, o Brasil conseguiu matar mais do que os 62 conflitos internacionais. Nos conflitos houve um número de 206 mil mortos, e o Brasil teve uma taxa de homicídios de 209 mil pessoas assassinadas entre 2004 a 2007. Portanto, é como se tivesse naturalizada a morte de jovens negros e pobres no Brasil. A CPI, quando vem ao Estado, Deputado Betinho Gomes, tem a função de desnaturalizar, ou seja, chamar a sociedade e todos os poderes para debater esse tema.

Além disso, nós queremos também construir um novo pacto, que nós estamos chamando de um pacto federativo compartilhado e republicano, para que a gente



possa, nos próximos 10 anos, reduzir essas taxas a taxas aceitáveis. O ideal seria a taxa zero, mas o que seriam taxas aceitáveis? Um dígito para cada 100 mil habitantes, ou seja, é o que a ONU e a Organização Mundial da Saúde consideram como taxa de um país civilizado. Portanto, o Brasil é menor, a Nação é menor, o Estado de Pernambuco é menor, a cidade de Recife também, porque têm taxas estarrecedoras do ponto de vista de homicídios. Essas taxas concentram 80% nos jovens, negros e pobres.

Portanto, ao vir ao Estado e aqui à Assembleia, Presidente, nós estamos pedindo que as Assembleias Legislativas pudessem constituir uma Comissão Especial, porque um dos produtos que a CPI já apresentou no relatório preliminar é a construção desse pacto republicano para redução dos homicídios.

Nós estamos apresentando uma emenda à Constituição que constitucionaliza a responsabilidade dos Municípios, dos Estados e da União, para, a cada 10 anos, fazer um Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios e Violações aos Direitos dos Jovens Negros e Pobres.

Esse primeiro plano que nós estamos apresentando — é, evidente que ele será fruto de uma Comissão Especial, pois nós vamos voltar aos Estados para debater essas metas — tem cinco metas e várias diretrizes, em que a União terá 180 dias para mandar as metas para o Congresso Nacional. Nós estamos propondo também um prazo de 1 ano para que as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais possam elaborar seus planos estaduais e municipais.

Como metas do Plano Nacional, nós temos definidas 5 delas. A primeira é reduzir a taxa, que hoje, na população em geral, é de 29 para cada 100 mil habitantes, mas com o recorte de jovens e negros são 70 mortes para cada 100 mil habitantes por ano. Então, nós estamos propondo que essa taxa não passe de um dígito, ou seja, no máximo 9 para os próximos 10 anos. Eu acho que a sexta ou sétima economia do mundo, e pode ser a quinta economia daqui a 10 anos, tem que ter taxas de país civilizado. Quando a gente fala de taxas, parece que nós estamos falando de números, mas nós estamos falando de pessoas, de comunidades, de sonhos, de esperança. Se o Brasil for vitorioso nessa meta, nós preservaremos 600 mil vidas. Essa é a primeira meta.



Na segunda meta, nós achamos que temos de diminuir a vitimização de policiais, que também é muito alta.

Na terceira meta, nós queremos diminuir a letalidade policial, que é altíssima também no Brasil. É evidente que uma coisa está ligada à outra. Se há muita letalidade há muito homicídio. Se há muita vitimização também há homicídio, porque, por trás dessa taxa, existe uma lógica equivocada do tema segurança pública.

Na quarta meta, nós queremos elevar a taxa de elucidação dos crimes. O Brasil é um dos países que menos consegue elucidar os crimes. Na verdade, a nossa justiça criminal prioriza elucidar crime patrimonial. Em 90% da nossa população carcerária, mais de 50% são presos por crimes patrimoniais e 40% são usuários de drogas, não são traficantes. Então, há um erro do ponto de vista da justiça criminal no Brasil, que não prioriza elucidar crime contra a vida. O crime contra a vida tem uma taxa de 5% a 8%, sendo que só 3% de fato são presos, são condenados por cometer crime contra a vida. Nós estamos defendendo que a meta para 10 anos seja de chegar à meta da comunidade europeia: 80% de taxa de elucidação de crime.

Na última, a quinta meta, é evidente que é investir nas comunidades, nos bairros, nas regiões com maior índice de vulnerabilidade de jovens.

Eu vi um cartaz ali: *“Para cada quatro assassinatos, três são jovens negros e pobres”*. É evidente que nós temos de prever um conjunto de ações que é trazer o Plano Juventude Viva, que hoje é uma carta de intenção que cumpriu o primeiro objetivo de jogar luz ao tema e fazer um bom diagnóstico, mas, na prática, do ponto de vista de política de Estado, ficou ainda na periferia do Governo Federal da Presidenta Dilma.

Que essas sejam metas objetivas e bem definidas para que a gente possa combinar essa política preventiva e ter uma ação de institucionalidade nas comunidades com maior número de homicídios ou com maior número de vulnerabilidade dos nossos jovens.

Então, há essas cinco metas e, a partir delas, há várias diretrizes. Nós vamos voltar aos Estados para desenhar esse Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio.



Eu quero também dizer que a CPI está propondo uma emenda constitucional para criar um Fundo Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. É verdade que, com a SEPPIR sem recurso, é muito complexo elaborar políticas afirmativas.

Nós estamos apresentando isso como conclusão da CPI. A ideia é que, na mesma PEC, possamos tratar da superação do racismo e da reparação de danos. Como a CPI, no relatório preliminar, aponta que há um racismo institucionalizado, sistematizado, disfarçado, dissimulado na sociedade brasileira e que é a base do genocídio de jovens negros e pobres. Portanto, ao concluirmos nessa direção, nós precisamos estabelecer um fundo para reparação de danos e um fundo para superação do racismo. Nesse sentido, a CPI apresentará essa emenda constitucional.

Agora, há vários outros projetos. Nós achamos que o Brasil tem um problema de dados. Eu costumo dizer que o maior dado da segurança pública é não ter dados, então há uma guerra de dados. E, para superar essa guerra de dados, a CPI também recomenda algumas ações ao Governo Federal, como, por exemplo, criar o Instituto Nacional de Segurança Pública nos moldes do DATASUS, que é um instituto de dados e informações para elaboração de políticas públicas na área de saúde, e nos moldes do INEP, que é um instituto que consegue dar um diagnóstico preciso da educação brasileira. Então, nós achamos que a segurança pública precisa também de um Sistema Nacional de Informações.

Também há várias outras recomendações, como a ouvidoria nacional e a escola nacional de formação de gestores para a segurança pública. São várias recomendações que a CPI encaminhará amanhã para o debate e as conclusões.

Por exemplo, o Governo Federal criou, em 2002, o SINESP — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, mas os gestores não têm a responsabilidade de alimentarem em tempo real o número de homicídios. Então, a CPI propõe que haja retenção do repasse da União, que coloque o Estado no CADIN — Cadastro de Inadimplentes. A CPI também quer que esse sistema mostre também a elucidação dos crimes. Além das estatísticas, é importante também que ele disponibilize quais crimes foram elucidados, além de padronização das informações, porque sempre há uma guerra para saber se os jovens são negros,



são brancos, são pardos, onde moram... O sistema deve mostrar o endereço, tanto do fato quanto da vítima. Ou seja, depois de percorrer o Brasil, é evidente que a CPI chega com várias proposições, que serão fruto de novas Comissões, que vão permitir aos senhores e às senhoras continuar o debate.

Então, a partir desses temas, esperamos que o movimento e a sociedade possam contribuir para melhorar essas matérias legislativas e que as Assembleias e as Câmaras possam também fazer a sua parte para democratizar o tema segurança pública.

Vou concluir a minha avaliação dizendo que o tema da segurança pública foi privatizado. Por que foi privatizado? O tema da segurança pública não é de domínio popular. Geralmente, nós não o colocamos no rol das políticas públicas, como saúde, educação, assistência social. Nós queremos, com a emenda constitucional que trata do novo sistema compartilhado federativo, a obrigação constitucional de a cada 10 anos a sociedade debater as suas estratégias e metas sobre segurança pública.

Então, nesse sentido, esperamos, cada vez mais, que a sociedade, que na ponta recebe a concepção sobre ordem pública, sobre segurança pública, possa desenhar e construir suas metas e suas estratégias.

Portanto, queremos desejar um bom dia para todos! Queremos dizer que é uma alegria estar aqui em Pernambuco. Queremos ouvi-los, para conhecer um pouco mais a realidade.

Muito obrigado.

Passo a palavra para a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas! Cumprimento o Presidente Reginaldo Lopes, o Deputado Edson, o Deputado Betinho, o Deputado Pastor Eurico, o Deputado Ossesio — e aí faço uma referência, Deputado Betinho, porque já o conheço há mais de 20 anos. Trabalha em equipe, sempre na luta, em defesa do nosso povo. Quero cumprimentar a Deputada Teresa, que está aqui ao meu lado. Eu a conheci hoje. Quero cumprimentar o Deputado Edilson Silva. Já tive referências de que é um guerreiro, defensor do nosso povo, da nossa gente. Quero cumprimentar a SEPPIR, aqui presente, sempre presente em nossas audiências. Quero cumprimentar a Capitã Lúcia, porque é uma mulher



negra. Quero cumprimentar todos os movimentos aqui representados, todos os jovens presentes.

Não vou repetir toda a conceituação da nossa CPI, porque o nosso Presidente já o fez — e o fez muito bem, como sempre.

Estou na Relatoria da CPI. É a primeira vez que sou Relatora, no meu primeiro mandato de Deputada Federal. Para mim, é uma honra trabalhar ao lado do Deputado Reginaldo Lopes, porque S.Exa. está sempre envolvido com temas inerentes à juventude, como foi na PEC da Juventude, como foi no CONJUVE, como foi na lei de combate às drogas. A gente sempre acompanha o trabalho que o Deputado desenvolve naquela Casa por quatro mandatos.

Nós apresentamos na fase introdutória da CPI um plano de trabalho. Na fase inicial, ouvimos famílias, associações, pesquisadores, professores, acadêmicos, Secretarias de Segurança de vários Estados, ouvimos movimentos como o Reaja ou Será Morto, presidido pelo Prof. Hamilton Borges, ouvimos várias famílias em muitas oitivas e em depoimentos mais reservados.

Na segunda fase da relatoria, fizemos visitas aos Estados onde os indicadores de violência eram mais alarmantes. Fomos ao Rio de Janeiro, aliás, o meu Estado; fomos a São Paulo; à Bahia, ouvimos também as famílias do Cabula; fomos a Alagoas; à Paraíba; a Belém; a Rondônia; a Rio Grande do Sul; e a Minas Gerais.

Mais recentemente, na quinta-feira, apresentamos um relatório preliminar, como o Deputado Reginaldo Lopes já bem definiu, constando alguns eixos, como a questão do genocídio e do racismo. O relatório também deixa um legado para nós importantíssimo, que é a questão das PECs, como S.Exa. já colocou.

Na minha concepção, o maior legado que esta CPI vai deixar é a continuação do trabalho. Se amanhã aprovarmos o relatório — e estamos trabalhando para que isso aconteça —, logo em seguida, vamos constituir uma Comissão para começar esse trabalho novamente, produzindo um plano nacional de enfrentamento à violência contra a juventude. Esse trabalho não terá um tempo determinado. Já a CPI tem tempo determinado de 3 meses. Infelizmente, nós não conseguimos prorrogar o prazo, ela terá que se extinguir essa semana.



Então, nós estamos aqui na condição de ouvir. A minha responsabilidade nesta CPI é ouvir, para que, através do que estamos escutando e vendo, possamos produzir um relatório com eficácia e eficiência na questão do combate à violência, ao assassinato de jovens negros e pobres. Temos dados alarmantes com relação a homicídio, a acidentes de trânsito, a suicídios, à guerra e a rixas de grupos. E estamos aqui com a responsabilidade de ouvir, para que possamos produzir esse relatório.

Quero agradecer aos senhores e às senhoras, a todos os funcionários desta Casa e aos Deputados deste Estado pela acolhida da CPI aqui, em Pernambuco.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou passar a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Bom dia a todos e a todas!

Faço minha saudação aos diversos representantes das entidades sociais, aos representantes de instituições que vieram participar desta audiência pública realizada por esta CPI, aos Deputados Estaduais Edilson Silva, Bispo Osséssio Silva, Teresa Leitão. Dou meus cumprimentos aos Deputados Delegado Edson Moreira, Pastor Eurico, Rosangela Gomes, Relatora da CPI, e minha saudação ao Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI na Câmara Federal.

Primeiro, eu queria agradecer aos colegas Deputados que atenderam ao nosso requerimento para vir a Pernambuco numa data muito especial. No dia 13 de julho, nós estamos completando 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitos talvez não acreditem no Estatuto, não deem a devida importância a essa lei. Mas é bom dizer que essa é uma conquista produzida pela sociedade, é uma conquista de movimentos que compreenderam a importância de se priorizar a criança, a juventude, o adolescente em nosso País.

Entretanto, o Estatuto, tão criticado por alguns, não foi devidamente implementado. Cobra-se e questiona-se essa lei, mas não se cobram e não se questionam aqueles que deveriam ser responsáveis pela aplicação da lei. E talvez essa ótica servisse para que nós pudéssemos ter uma compreensão diferente do significado dessa lei, que, ao contrário do que alguns afirmam, não é lei para proteger delinquente; é lei para proteger vidas, é lei para proteger crianças, proteger



a nossa juventude tão esquecida e tão massacrada nos diversos recantos deste País. Então, o primeiro registro que gostaria de fazer era este.

Depois, Srs. Deputados Federais, sobretudo, visitantes que aqui chegam a Pernambuco pela primeira vez, não sei se vocês perceberam, mas nós estamos protegidos aqui pelo busto de Joaquim Nabuco, figura histórica, um dos grandes lutadores pelo fim da escravidão em nosso País. Mais uma vez, algo simbólico que nos traz aqui e reforça essa luta contra a violência em relação à juventude, sobretudo, à juventude negra em nosso País.

O que nos motivou a pedir esta audiência em Pernambuco é o fato de sabermos que Pernambuco, pelos indicadores apresentados pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil, muito embora tenha conseguido avançar, ainda é um Estado com um risco muito grande de se matar jovens, sobretudo, jovens negros.

Em relação aos brancos jovens deste Estado, existe a possibilidade 11 vezes maior de se cometerem crimes contra a juventude negra. Esse é um quadro que se repete em Alagoas, na Paraíba, no Ceará, Estados que estão em situação de maior preocupação. Mas é uma realidade certamente presente em todo o Nordeste, porque essa é a Região onde temos os piores indicadores em relação à mortalidade juvenil, sobretudo, em relação à juventude negra.

Aqui, em Pernambuco, nós temos uma situação delicada. Temos 12 Municípios que possuem indicadores preocupantes, entre eles, o primeiro colocado, que é o Cabo de Santo Agostinho, em relação à vulnerabilidade da nossa juventude.

Essas questões precisam ser debatidas sob a ótica da política pública; essas questões precisam ser, como disse aqui nosso Presidente da CPI, reveladas à sociedade. É preciso colocar luz sobre esse tema para que nós possamos estabelecer ações concretas que articulem a sociedade civil, articulem o Poder Público Municipal, Estadual e Federal no sentido de estabelecerem legislações novas, evidentemente, mas, sobretudo, o cumprimento das legislações que nós já temos. O Brasil não carece de leis; o Brasil carece de aplicação das leis que nós produzimos. Talvez essa seja a questão central para que possamos ter justiça, para que possamos ter uma sociedade mais equilibrada, para que possamos ter efetividade no enfrentamento desses problemas.



Então, ao vir aqui mais ouvir do que falar, nós queremos conhecer o sentimento de Pernambuco em relação a um tema tão preocupante. E queremos sair daqui com elementos suficientes para constar num relatório que está sendo produzido pela Deputada Rosangela, com muito esmero e esforço, de ausculta à sociedade brasileira, para que, daí por diante, possamos desencadear um enfrentamento firme a todos os tipos de injustiças cometidas contra nossa juventude, sobretudo, contra a juventude negra: o racismo, a violência, a criminalização a que estamos assistindo. Muitas vezes, existe mais discurso do que vontade efetivamente de se solucionar problemas e de enfrentar as questões de maneira muito séria.

Então, queria saudar a todos e deixar minha palavra inicial de que possamos, principalmente, como já disse, ouvir. Este é um momento de ouvir, de auscultar, e a CPI vem a Pernambuco com esse objetivo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Betinho Gomes, pelo apoio, por organizar esta audiência de hoje.

Passo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, que também ajudou na organização e na vinda de nossa CPI aqui.

Muito obrigado, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, gostaria de saudar V.Exa., saudando também os nobres companheiros Deputados presentes, e dar nossas boas-vindas de outros Estados, Deputada Rosangela, Deputado Edilson Silva, companheiro Betinho Gomes, nossos companheiros Bispo Ossésio, Edilson Silva, Teresa Leitão e todos os representantes presentes. Para nós é uma honra podermos estar juntos num momento tão marcante da história do nosso Brasil. Quando muito se falou e pouco se agiu, chegou um momento em que esta CPI começou a dar alguns passos que consideramos importantes. Sempre se lutou para se ouvir a sociedade em audiências, mas não com o foco como agora está acontecendo.

Também quero saudar a representação da Polícia Militar deste Estado, na pessoa da Capitã Lúcia Helena, filha de um grande amigo nosso. Fico feliz pela presença da Polícia Militar aqui. Dentre as várias reuniões, nem sempre nós tivemos no Brasil a presença da Polícia Militar. Se bem que, em alguns lugares, a gente tem



certo estigma com a Polícia Militar, mas Pernambuco tem feito a diferença entre alguns outros Estados. Inclusive, tivemos a honra de ter a representação da Secretaria de Defesa Social, participando desta CPI em Brasília e levando informações também diferenciadas da questão da violência, do que acontece aqui em Pernambuco, com detalhes que, com certeza, chamaram a atenção desta CPI quando se referiam aos assassinatos que acontecem em confrontos com a polícia.

Em alguns Estados, eles são colocados à parte. Eles não entram nos relatórios. Mas aqui, em Pernambuco, eles entram no relatório. E acredito que a Comissão pôde ver um relatório um pouco diferenciado. Violência acontece em todo o Brasil. Alguns lugares têm um potencial maior; outros, menor. Mas entendo que todas as pessoas que aqui estão presentes têm um só interesse: ver a redução dessa violência. Ela acontece em meio a todas as cores, mas não podemos aceitar que esse percentual esteja sempre acontecendo de forma maior entre as pessoas de cor negra e parda.

Então, nós entendemos que a sociedade está junta em um clamor. E o Brasil precisa acordar e investir mais na segurança. Lamentavelmente, eu não diria nem tudo, mas se um pequeno percentual daquilo que é notório para todo o Brasil, que tem tido desvios dos cofres públicos, fosse investido na segurança, com certeza nós teríamos outra história para contar.

Encerro feliz por estarmos na Casa Joaquim Nabuco, como bem pontuou o companheiro Betinho Gomes, um herói da luta em prol dos negros. E não posso esquecer também que, na minha condição — todos sabem — de pastor evangélico, essa luta tem uma história muito grande no Brasil. Quando partimos para os Estados Unidos, essa luta começou exatamente com o povo evangélico. Lá está Martin Luther King, que representa muito bem essa história. E hoje a realidade americana é outra. Esperamos que o Brasil também possa, possa mesmo, mudar e que todos que aqui estão possam fazer parte daquilo que for registrado amanhã. Nós juntos participamos da luta pelo bem da sociedade, na luta contra a violência. Parabéns!

Agradeço à minha amiga Relatora Rosangela, que marca muito a Casa ali, em Brasília. Bispo Ossésio, parece que V.Exa. tem história na vida da amiga Deputada Rosangela. Deu um presente muito importante para o Brasil. Ela chegou ali, eu estou no segundo mandato, e nós tivemos uma afinidade muito grande. E ela



tem marcado presença. Há coisas que acontecem que não são por acaso. Quando, nesta CPI, o Presidente Reginaldo foi apresentado, eu fiquei muito feliz, porque nós andamos o Brasil todo naquele movimento das drogas, para criar a Lei de Drogas. O circo pode estar pegando fogo que ele não muda, não. É esse o seu jeitinho mesmo, mas, é uma pessoa competente. Quando vi o seu perfil e o perfil da Deputada Rosângela, eu até disse a V.Exa.: *“Deputado, eu acredito que a coisa vai andar, assim como andou na questão das drogas. V.Exa. não está na Presidência por acaso, para fazer lobby ou propaganda ou se promover em cima disso, mas sempre trabalhou. Parabéns pelo seu trabalho!”* Sou de Pernambuco e aqui estou lhe dando parabéns não para lisonjeá-lo, mas para falar sinceramente do que V.Exa. tem representado para o Brasil.

Junto à Deputada Rosângela, com certeza, vamos ter algo diferente acontecendo neste Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pelas palavras, Deputado Pastor Eurico.

V.Exa. está sob suspeição, porque é meu amigo. Percorremos o Brasil e a América Latina, divulgando o programa “Crack, é possível vencer” e construindo a mudança na Lei de Drogas, a Lei nº 11.34, de 2006.

Obrigado pela parceria, mais uma vez, nesta CPI, tão importante para o povo brasileiro.

Quero passar a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes, estamos encerrando as diligências num Estado enfático e fundamental para as políticas que vamos implementar.

Em 1532 aqui foi fundada a segunda Capitania Hereditária mais antiga do Brasil, Olinda, que hoje é Pernambuco. Foi nesse período, da cana-de-açúcar, que vieram os negros para o Brasil. Por volta de 1540, há 400 e poucos anos, os negros chegaram aqui para trabalhar nos engenhos.

Quem capturava os negros lá, na África? Os próprios negros. Quem ia atrás dos negros aqui quando fugiam? Os próprios negros. Então, a violência realmente é



grande contra a população negra, mas, no meu entendimento, não é genocídio. Genocídio é uma palavra muito forte. *(Manifestação da plateia)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos garantir a intervenção do Deputado.

Peço ao Plenário que garanta a fala do Deputado.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É chato falar a verdade, não é? Ninguém gosta de ouvir a verdade. Não é isso? *(Manifestação da plateia)*

A SRA. REJANE PEREIRA - É a sua verdade!

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA - Ele vai responder. Calma! Deixe-o expor a opinião dele!

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Uai, falar a verdade não pode, não?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Plenário terá direito à fala.

Vamos garantir a fala do Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então, deixe-me continuar aqui. Como eu já falei em todas às vezes, sou a favor da redução da maioria penal. Não é a solução de tudo, mas vai resolver... E, quanto à violência, a meu ver, não há genocídio, há múltiplos homicídios. Como o Presidente disse, não é letalidade policial. Os policiais apenas se defendem das injustas agressões. O Código Penal, nos arts. 23 a 25, faculta isso a eles.

É claro que visão cada um tem a sua, mas, para ser dado o remédio na dosagem exata, o antídoto para a doença, tem que ser feito o diagnóstico certo. Se se fizer o diagnóstico errado, a política vai ser errada. É o que está acontecendo. Aconteceu com o Estatuto do Desarmamento, de 2003, e outras leis que foram sancionadas e que nós temos que corrigir agora lá na Câmara Federal.

Então, é de suma importância que esta CPI indique as políticas corretas, as PECs corretas, para que realmente consigamos diminuir esse número de mortes contra os negros e pobres no nosso Brasil.



Assim espero e assim sempre lutei, luto e lutarei, desde o começo da minha vida. Acredito em tudo o que faço e em tudo o que prego. Nunca fugi da minha responsabilidade e nunca temi nem mesmo a morte.

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

Com a palavra o Sr. Bispo Ossésio.

O SR. BISPO OSSÉSIO SILVA - Bom dia a todos e a todas! Eu quero dizer da minha satisfação e da minha alegria de poder participar desta Mesa seleta, especial, que trata de um tema de suma importância para o nosso País, para a nossa raça, uma vez que agora, de fato e de verdade, a sociedade e as autoridades estão começando a se movimentar com relação a todo tipo de agressão e criminalidade que sofrem os negros.

Eu quero economizar nas palavras, porque a gente quer ouvir, realmente, como colocou alguém aqui na Mesa. Viemos aqui para ouvir a manifestação da sociedade, dos movimentos.

Eu quero cumprimentar, com muito prazer, o Deputado Reginaldo, Presidente desta CPI, e a Relatora, minha amiga há décadas, a Deputada Rosangela Gomes.

A Deputada Rosangela tem algo peculiar, Deputado Pastor Eurico. Ela tem uma história, um testemunho. Um dia V.Exas. vão ouvir o testemunho da Deputada Rosangela, que é o que faz com que ela tenha essa luta em defesa dos negros, contra o racismo e ao que o Delegado chama de genocídio. Eu conheço a história da Deputada Rosangela e sei que ela tem uma luta, uma história muito bonita. Por tudo isso, ela é uma verdadeira guerreira, uma guerreira vencedora. Então, quero parabenizá-la por ser a Relatora desta CPI.

Também quero cumprimentar o meu amigo — ele foi meu Líder aqui na Casa —, o Deputado Betinho Gomes, autor desse requerimento; o Deputado Delegado Edson, a quem parabenizo pela brilhante atuação no caso de Eliza Samudio; o Deputado Pastor Eurico, um grande amigo — nós somos do mesmo espírito —; o Edilson Silva, que é meu Líder na Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, um ativista e companheiro aqui da Casa; a Teresa Leitão, que eu diria que é a negra mais branca do Estado, porque está sempre empenhada,



sempre à disposição, conhece bem a causa, é uma professora e uma ativista também; a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR aqui presente; a minha amiga do GT Racismo, a Capitã Lúcia Helena, companheira também nessa luta, uma ativista. Enfim, cumprimento as comunidades aqui representadas, os movimentos sociais. Eu não esqueci ninguém da Mesa não, né? Acho que todos foram cumprimentados.

Bom, Senhores, eu vou economizar as minhas palavras. Vamos ouvir para que a reunião não se estenda muito. O Deputado Betinho falou uma coisa na qual quero pegar carona, se V.Exa. me permite. Essa sua fala é de sua importância.

Nós temos muitas regras, normas e leis. Muitas! No entanto, pelo que eu mais luto, trabalho, é para que essas leis sejam aplicadas. Do que nos adianta tantas leis e normas se elas não são aplicadas? Então, precisamos fazer essas leis valerem de fato e de verdade. O criminoso tem que pagar pelo crime que está cometendo. Esta é a questão: as impunidades! Eu estou falando uma linguagem nossa, a linguagem do povo, da sociedade e não é uma linguagem técnica. A gente ouve muita linguagem técnica: lei para isso, lei para aquilo, não sei onde aconteceu, quando na realidade se chamava do discurso de cozinha. O que é o discurso de cozinha? Aquela conversa em que a pessoa fala e todo mundo entende onde se quer chegar, sem fazer rodeios.

Nós precisamos nos unir neste País, independentemente de religião, do credo de que ela faça parte. Nós estamos tratando de vidas, estamos tratando da nossa juventude, que é o futuro deste País e deste mundo, deste planeta no qual vivemos. Nós não podemos simplesmente discutir por discutir, precisamos encontrar uma solução. Devemos amenizar a situação das famílias para que possam ficar tranquilas.

Então, senhores e senhoras aqui presentes, comunidades e representantes de Movimentos, Capitã Helena, a gente precisa tomar uma decisão. Temos que nos unir e chegar à situação de como resolver isso. Enquanto nós estamos aqui reunidos, muito bem, mas há muitos jovens morrendo aí fora. De preferência, lógico, os nossos negrinhos.



Então, senhores e senhoras, eu não vou me estender muito, mas quero dizer que é uma luta da sociedade, de todos nós, que precisamos nos unir em torno disso. Alguém tem que fazer sacrifício.

O Pastor Eurico falava de Martin Luther King, que foi o mártir da situação, mas foi assassinado por aquilo que defendia, que foi o ideal dele: a libertação dos negros.

Nós, aqui em Pernambuco, meus amigos e minhas amigas, temos um índice muito alto. Eu comentava ainda há pouco nos bastidores com o Deputado Betinho e mostrava dados daqui. Eu já os conhecia. O índice de assassinato dos nossos negros aqui é muito alto, maior do que o índice nacional.

Presidente Reginaldo e Relatora Rosangela Gomes, esta CPI tem que se encerrar com fatos concretos. Que não seja mais uma CPI, mas, sim, uma CPI que venha nos nortear e trazer um resultado para esta situação em que nos encontramos neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bispo Ossésio. Quero aqui fazer, mais uma vez, o pedido para que V.Exa., juntamente com os Deputados presentes aqui, possam pedir ao Presidente da Câmara para constituir a Comissão Especial para elaborar o Plano de Enfrentamento ao Homicídio.

Hoje, as ações são muito no âmbito do Governo. Aqui há o Pacto pela Vida, mas é importante que o Estado de Pernambuco possa discutir suas metas com a participação dos movimentos e da sociedade, a fim de estabelecer uma meta decenal para o Estado.

Como um dos produtos da CPI é constitucionalizar a obrigação dos Estados, dos Municípios e da União de planos decenais, eu espero voltar aqui a Pernambuco, o primeiro Estado a sancionar o Plano Estadual de Enfrentamento ao Homicídio.

Com a palavra, Deputado.

O SR. BISPO OSSÉSIO SILVA - Eu quero aproveitar, já que V.Exa. fala a respeito da nacionalização, para dizer que no dia 6 — permita-me aproveitar aqui a oportunidade — de agosto, após o recesso, nós aqui, com o apoio de Teresa Leitão,



Edilson Silva, grande companheiro ativista, vamos instalar a Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio de Jovens Negros no Estado de Pernambuco.

No dia 6 de agosto, no Grande Expediente, vamos instalar esta Frente Parlamentar, quando nós estaremos realmente buscando, com o apoio de Teresa e de tantos outros Deputados da Casa, Edilson Silva, que é um grande ativista, a solução para não deixar morrer esta nossa luta. Então, no dia 6 de agosto, no Grande Expediente, numa quinta-feira, vamos instalar esta Frente Parlamentar de combate aos crimes cometidos contra os jovens negros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Estadual Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO - Bom dia a todas e a todos! Quero saudar todas as representações governamentais e da sociedade civil aqui presentes, cumprimentar a Mesa, o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI; a Deputada Rosangela Gomes, Relatora; o Deputado Delegado Edson Moreira; os nossos Deputados pernambucanos; Deputado Betinho Gomes, com quem convivi nesta casa por dois mandatos; o Deputado Pastor Eurico; e os nossos companheiros de bancada, Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e Deputado Bispo Ossésio, a partir do dia 6, Presidente da Frente Parlamentar que vai discutir o extermínio da juventude negra aqui no nosso Estado.

Eu, inicialmente, quero agradecer à vinda da CPI para o Estado de Pernambuco. Não podia ser diferente. Pelo que nós analisamos na audiência pública aqui realizada, a pedido do Fórum de Juventude Negra, realmente o Estado precisa desse olhar diferenciado. Acredito que aqui, hoje, consigamos levantar algumas propostas, algumas sugestões que poderão subsidiar a CPI para, em conjunto com a Assembleia Legislativa e com todos vocês, enfrentarmos essa verdadeira calamidade.

Infelizmente, a CPI usa o conceito de genocídio, sim. É assim que a CPI está encarando essa questão e é assim que nós, na Frente Parlamentar, vamos encará-la, porque, analisando os dados, isso fica comprovado, resta comprovado o racismo, resta comprovada a periferia. Os jovens têm cor, têm residência, têm perfil. E isso é suficiente para caracterizar como genocídio o que sofre a juventude negra. (*Palmas.*)



Quero concordar com o Deputado Betinho Gomes na abordagem que fez sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que terá seus 25 anos de vida marcados não por uma comemoração festiva, mas por uma comemoração de posicionamentos. Acho que esse assunto dialoga com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a redução da maioridade penal. Nós não podemos perder isso de vista, porque todos esses temas fazem parte de um mesmo contexto de exclusão, de um mesmo contexto de criminalização, de um mesmo contexto, portanto, de preconceito, que é preciso, evidentemente, ser enfrentado.

Os dados de Pernambuco, Deputado Betinho, Deputado Pastor Eurico — que são daqui —, realmente nos preocupam.

O Pacto pela Vida é um instrumento importante, mas não está conseguindo dar conta da segurança pública de modo geral nem das suas particularidades. Por exemplo, o assassinato de mulheres cresceu muito neste ano aqui no nosso Estado. *(Palmas.)*

Eu tenho aqui os dados deste primeiro semestre, que mostram um total de 1.854 assassinatos em CVLI — Crimes Violentos Letais Intencionais. Desses, 1.036 são de jovens negros, o que nos dá um percentual de 55%, que varia entre 54%, nos meses de janeiro, fevereiro e março — foram os meses de percentual menor —, até 60% no mês de maio, que teve o maior percentual. Então, urgem, de fato, políticas públicas voltadas para isso. Nesse aspecto, acho que a CPI pode nos ajudar bastante.

Duas ações já foram feitas aqui. Já me referi a uma, a audiência pública, que nos deu muitos dados. O Presidente da Comissão, Deputado Edilson Silva, acolheu a sugestão. Foi uma audiência muito importante para nós. A segunda é a Frente Parlamentar que será instalada no dia 6. Nós vamos nos debruçar mais profundamente sobre o tema.

Finalmente, eu quero destacar duas proposições. A primeira já foi abordada aqui pelo Presidente da Comissão. Acho que é uma coisa que nós temos que tratar como tratamos na saúde e como estamos querendo tratar na educação, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação e da regulação do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Acho que a relação federativa entre a União e os Estados é um ponto fundamental para a gente tratar da questão da



segurança pública. Não adianta muitos Prefeitos dizerem: “*Não, eu não posso tratar disso, porque segurança pública é responsabilidade do Estado, do ente estadual*”. Segurança pública tem vários componentes. A União tem que ter também uma participação maior, assim como os Municípios onde a gente vive, onde a gente mora, onde as coisas acontecem e o próprio Estado, revendo alguns mecanismos e o conceito, quero crer, de segurança pública.

Segundo, Deputada Relatora, existe no Congresso Nacional um projeto de lei dos autos de resistência. Não dá para esquecer que esse projeto existe; não dá para deixá-lo na gaveta durante duas legislaturas. Ele dialoga com esse processo. Foi mencionada aqui pelo Presidente a questão da segurança dos agentes públicos da polícia, que inclusive tiveram agora aprovada uma lei que transforma em crimes hediondos os assassinatos de policiais quando no exercício da sua missão.

Precisamos, então, trazer à tona essa discussão dos autos de resistência na forma como está proposta nesse PL, fazê-lo tramitar, fazer uma discussão tranquila. Acho que a CPI tem autoridade política para fazer isso. Se a CPI coloca isso como um dos resultados do seu trabalho, da sua investigação, a gente já começa com um nível de autoridade importante, porque não dá também para continuar como está. Então, os autos de resistência precisam ser revistos. É isto que o PL indica e também nos proporciona em termos de discussão e de um olhar mais amplo sobre a segurança da nossa juventude e, neste caso, inegavelmente, da juventude negra do Brasil.

Que tenhamos uma boa audiência e, sobretudo, bons resultados nesta CPI.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Teresa Leitão.

O PL já foi recomendado no relatório preliminar. A Relatora recomenda a votação do PL. Na verdade, sobre PL dos autos de resistência, nem existe lei para isso. Virou uma prática, mas não existe no Código Penal nada sobre os autos de resistência. Como virou prática, é importante fazer lei para reverter, porque a legítima defesa não deve abrir o inquérito. A legítima defesa comprovada, no exercício da profissão, deve fechar o inquérito. Na verdade, é isto. O que ocorre na



prática hoje é que, numa resistência acompanhada de morte, a legítima defesa abre o processo e dificulta o inquérito.

Eu acho até que seria mais simples do que o projeto. Eu defendo que crimes cometidos por agentes de Estado, em minha opinião, deveriam ter prioridade na investigação. Se quiserem também, os que foram vitimados, os policiais, poderiam ter prioridade. Em minha opinião, o que não pode ocorrer é que o Estado e o seu sistema de segurança, que devem ser garantidores de direitos, violem direitos. Este é o debate central que temos que reverter, porque, volto a repetir, letalidade alta e vitimação alta significam altas taxas de homicídios, como também impunidade alta significa alta taxa de homicídios. Por exemplo: Reino Unido, 90% de elucidação de crimes, 1 homicídio para cada 100 mil; Brasil, 8% de elucidação, 29 da população geral para cada 100 mil.

Então, são desafios apontados no Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.

Passo a palavra, para encerrar esta primeira Mesa, ao nosso Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.

O SR. EDILSON SILVA - Bom dia a todas e todos!

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos membros da CPI por terem acatado o nosso pedido, após o esforço coletivo feito para que esse evento fosse realizado aqui no Estado de Pernambuco.

Quero saudar o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI, em nome de quem saúdo toda a Mesa, e a Deputada Rosângela Gomes, em nome de quem saúdo todas as mulheres presentes neste plenário.

É muito importante que a CPI, esta CPI especificamente, venha para Pernambuco. É muito importante! Talvez Pernambuco seja o Estado mais importante e que tenha uma contribuição ímpar a dar neste debate.

Eu digo isso, Deputada Rosângela, porque muito do que são os eixos colocados pelo Deputado Reginaldo Lopes — os cinco eixos que ele elencou e com o qual nós estamos de pleno acordo — são um caminho que nós acreditamos ser o correto: reduzir taxas, diminuir a vitimização de policiais, diminuir a letalidade,



umentar a elucidação de crimes e políticas públicas nas comunidades vulneráveis. Esse é o caminho.

O problema é que isso já está diagnosticado há quanto tempo? Nós estamos discutindo isso. Eu vejo aqui militantes do MNU, José de Oliveira, o próprio Junior, que está na CEPIR. Nós estamos discutindo isso, minha gente, há décadas. Desde que eu era menininho que eu comecei a militar, e discutimos a problemática racial, o racismo. Temos esse diagnóstico e esses caminhos apresentados.

Então, a preocupação que eu tenho com esse debate, assim como tenho com outros, com relação às mulheres, à população LGBT, é que não façamos de cada momento um recomeço e esqueçamos uma trajetória longa que nós temos de diagnóstico, de sofrimento, de avaliação, etc., etc., etc.

Aqui em Pernambuco, nós temos o Pacto pela Vida. Esses eixos que estão colocados aqui, pela CPI, foram ultrabem diagnosticados aqui. Foram 17, Deputado Reginaldo, câmaras temáticas, onde a sociedade participou. Colocaram um dos maiores pensadores do Brasil, talvez, do mundo, para coordenar a construção desse programa, que é o Pacto pela Vida.

Então, a sociedade foi chamada, a academia, as ONGs, os movimentos. Todos nós participamos de um debate riquíssimo e construímos um programa que pretendia se transformar em políticas públicas. Isso é 2007. Tivemos aí um centro do programa focado no combate ao homicídio, não é isso?

Pernambuco conseguiu sair da ponta dos homicídios e desceu. Mas o que ocorre? Nós, hoje, temos em Pernambuco a cidade onde os jovens negros são mais vulneráveis no Brasil, que é a cidade do Cabo de Santo Agostinho. Cidade do Cabo de Santo Agostinho!

E para os Deputados que não são daqui e não conhecem a realidade, é extremamente simbólico que hoje, exatamente o Município do Cabo de Santo Agostinho seja o local onde a juventude pobre e negra é mais vulnerável. Sabe por quê? Porque o Cabo de Santo Agostinho foi utilizado, durante mais de 10 anos — aquela região de Suape, Cabo, Ipojuca —, como oásis da redenção do Estado de Pernambuco.

É ali que está a Refinaria Abreu e Lima. É naquela região. É ali que está o Estaleiro Atlântico Sul. É ali que está a fronteira do crescimento, das saídas, etc.,



etc., etc. Foi usada e abusada aquela região como modelo de crescimento e desenvolvimento. E nós sempre dissemos o seguinte: nós precisamos de um modelo, não de crescimento econômico, mas de desenvolvimento social. Quantas creches estão sendo trazidas para o Cabo de Santo Agostinho, em contrapartida pelos investimentos? Quantas quadras poliesportivas? Quantas bibliotecas? Quantas escolas? Quantas universidades? Quantos teatros?

Então, é preciso que a gente faça um balanço disso também. O que nós estamos discutindo aqui não é um problema pelo qual não há responsáveis. É hora de se fazer um balanço. Lamentavelmente, eu não ouvi ninguém da Mesa perguntar quem é o responsável por isso. Quem são os responsáveis por esses números? Esses números brotam da sociedade civil e se voltam contra ela mesma? Não. Nós temos Governo. Nós temos Estado. Nós temos responsáveis por isso, que estão aplicando modelos de gestão que estão tendo isso como resultado. Isso é resultado de uma política implementada por quem está no Governo. Isso não é obra do divino Espírito Santo. Isso não é obra da maldade do coração das pessoas, não. Então, essa é uma crítica dura, mas fraternal, que eu faço.

Nós não temos, no Estado de Pernambuco, até hoje, a implementação da lei que diz que a história e a cultura do povo afrodescendente dever ser ensinada nas escolas. Deputada Rosangela, essa lei foi publicada em 2003 e até hoje não foi implementada no Estado. Nós não temos nenhum Governo que a implemente.

Precisamos fazer um balanço disso, minha gente! Nós não estamos começando hoje a enfrentar esse problema. Nós estamos enfrentando isso há muito tempo. Eu vou um pouquinho mais atrás do que Martin Luther king. Eu sou herdeiro de Zumbi e procuro honrosamente ser herdeiro de Zumbi. (*Palmas.*) Acho que Martin Luther King foi muito citado aqui e eu não poderia deixar citar Malcom X e os Panteras Negras como parte fundamental da resistência do povo negro naquele Estado. O que foi conquistado de positivo pelo povo negro norte-americano foi conquistado a partir de muita luta. Martin Luther king merece toda a nossa referência, mas os Panteras Negras e o Malcom X foram parte fundamental dessa resistência e nos apresentam os caminhos a seguir nesse conjunto de soluções.



Diferentemente de 30 anos atrás, quando eu, jovem, comecei a militar, acho que hoje nós estamos numa situação mais difícil. Talvez a CPI nos ajude muito nisso, Deputado Reginaldo.

Aproveito a oportunidade para convidar os Deputados a participar, se quiserem, de uma passeata que faremos, hoje, às 14 horas, contra a redução da maioria penal. É muito ruim que num momento em que existe um amplo consenso de que existe, sim, extermínio de uma parcela da população que está numa faixa etária, que tem uma cor de pele, que tem uma etnia... Isso é estatística. Isso não é brincadeira. Isso não é subjetivo. Isso é objetivo. Existe um extermínio, um genocídio da juventude pobre e negra. É muito ruim... No momento em que a gente discute isso, em que há uma CPI sobre isso, existam — eu respeito a posição, mas sou obrigado a contrariá-la — pessoas que fazem parte da vida pública que insistem em dizer que não existe esse genocídio, que não existe esse extermínio. E é muito ruim também que exatamente nesse momento, em que essa juventude está claramente sendo vítima, a gente tenha uma proposta de redução da maioria penal transitando num processo legislativo na Câmara Federal, que é uma proposta claríssima de transformar a vítima em vilão nessa história. Oxalá a gente consiga que esta CPI sirva também como parte de um impulso para fazer com que esse tipo de posicionamento não ganhe mais corpo na Câmara Federal

Preocupa-me também a falta de visão sistêmica que alguns seguimentos que estão na política também têm com relação a não saber combinar o combate à violência e à criminalidade com as questões de liberdade civil. O Deputado que preside a CPI colocou muito bem aqui: a maioria da nossa população carcerária cometeu crimes contra o patrimônio ou é usuária de drogas. É muito importante que a CPI perceba a importância do debate da descriminalização da maconha, por exemplo, com relação a isso. (*Palmas.*) Porque a criminalização da maconha criminaliza uma população e criminaliza também um território. Esse é um debate que eu gostaria que os nobres Deputados e Deputadas da CPI pudessem levar como uma contribuição nossa, daqui, de Pernambuco. E aqui não vai nenhuma apologia. Estamos falando de dados concretos que precisam ser tratados de forma aberta no País.



Concluo dizendo que — aproveitando a deixa da companheira Teresa Leitão — existem segmentos na política e nesta Casa que dizem que não existe extermínio da juventude negra, não existe feminicídio e não existe homofobia no Brasil.

Esta semana teve um crime que particularmente me chocou. Uma mulher foi assassinada e a sua vulva foi arrancada, aqui em Pernambuco. Eu acho que não ficam dúvidas de que isso é um feminicídio. Espero que, no Brasil, não precisemos ver jovens negros pendurados em poste, pegando fogo, para que se admita que temos genocídio da juventude pobre e negra no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Edilson Silva. De fato, o Deputado traz uma fala em que, do ponto de vista de diagnóstico, nesses últimos 5 anos, acho que o Brasil produziu um bom diagnóstico em relação aos territórios. É possível, sem conhecer Recife, só pelos estudos, dizer quais são os bairros, qual o percentual de jovens que serão assassinados, a cor, o sexo, a idade. Só falta o CPF. Se detalharmos um pouco mais, poderemos acertar até as ruas, viu, Deputado? É evidente que, a partir desse estudo, a ideia é estabelecermos boas metas, somando a várias outras metas, de políticas públicas, como a presença do Estado nesses territórios. Na própria Bogotá, que tive a oportunidade de conhecer, não com a CPI, mas pela Comissão que estudou o programa “Crack, é possível vencer”, fomos conhecer o Plano Colombo e suas políticas. Mas eu já conhecia a história de Bogotá. Uma das ações importantes que tirou Bogotá da lista de primeira capital mais violenta do mundo e passou para a 40ª foi a presença institucional dos Estados nessas comunidades. Por exemplo, obra pública não tem mais muro em Bogotá. Geralmente, Deputado Betinho, o muro da escola consolida o crime; o muro do posto de saúde consolida o crime. Não sei por que tem que ter muro em obras públicas. Pode ter alambrados, se for o caso, iluminação, ciclovias, calçadas. Às vezes, uma iluminação é melhor do que alguns policiais.

Então, de fato, é evidente que nós achamos que as políticas sociais, e do ponto de vista de obras públicas, são fundamentais. Tanto que, quando a gente propõe uma PEC para constituir um fundo com 2% do IPI, do Imposto de Renda e de outros impostos que podemos colocar nessa PEC para fazer um fundo nacional



de promoção à igualdade racial, superação do racismo e reparação de danos. Propomos quatro grandes ações de políticas públicas de reparação de danos, porque a ausência da reparação de danos, ou seja, a ausência de políticas para os negros é que, na verdade, somando-se ao número de mortes físicas, que são 80%, levam a CPI, no relatório preliminar, a concluir por genocídio. Nós não estamos falando só das mortes físicas, o que é um absurdo e diminui a todos nós. As taxas são estarrecedoras! Não existem em lugar nenhum no mundo! Mas isso também se soma a quase 500 anos de total ausência do Estado em algumas comunidades, ausência de políticas específicas.

É verdade que nos últimos anos houve muitas políticas: política de cotas nas universidades, política de cotas no serviço público... Isso vai produzir avanços; aliás, está produzindo avanços. Nós tínhamos 2% de negros nas universidades federais e agora estamos com 10,8%. Então, é evidente que vai produzir e está produzindo avanços. Não é verdade dizer que nada foi feito. Mas os avanços foram insuficientes perante a demanda.

Portanto, nós precisamos ter uma política diferenciada no campo da educação, no campo da habitação, no campo da profissionalização, no campo da urbanização. São áreas em que o Estado realmente deve muito, e não conseguiu reparar danos, especialmente porque o nosso processo de abolição da escravatura jogou os negros para os morros e para as favelas. Não houve para eles o que houve para outros: direito à cidadania, trabalho, terra. Apenas se acabou com o trabalho escravo. É evidente que, embora de maneira tardia, isso foi muito importante. Mas não houve nenhuma reparação de danos que o Estado deve assumir. A CPI, evidentemente, aponta para isso. O racismo institucionalizado é fruto, consequência de um país que não teve coragem de fazer um acerto com a sua democracia racial.

Eu desfaço a primeira Mesa, agradecendo aos membros que a compuseram, e convido os membros que vão compor a segunda Mesa. Depois, nós vamos abrir para o debate, alternando com o plenário. Mais uma vez agradeço ao Deputado Betinho Gomes, ao Deputado Pastor Eurico, que organizaram a nossa vinda ao Estado de Pernambuco.



Convido a Relatora, Deputada Rosangela Gomes, a ficar conosco aqui. O Deputado Betinho Gomes e o Deputado Pastor Eurico vão continuar conosco, assim como os demais Deputados.

Convido a compor a Mesa o Sr. Sérgio Moura, Procurador de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, representando o Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. *(Palmas.)* Convido o Sr. Maxwell Vignoli, representando a Procuradora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco. Convido o Sr. Romero Silva, representando o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares. Convido a Sra. Vera Baroni, representando o Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras de Pernambuco. *(Palmas.)* Convido o Sr. Alersson Teixeira, representando o Fórum de Juventude Negra de Pernambuco. *(Palmas.)* Convido o Sr. Leo Machado, representando a FASE. *(Palmas.)* Quero também registrar a presença do Vereador Alfredo Santana do PRB da Capital de Pernambuco, Recife. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos abrir esta Mesa com alguém do plenário utilizando a tribuna. Onde está a nossa lista dos inscritos? *(Pausa.)*

Então, a companheira Edna Jatobá tem a palavra por 5 minutos. Pelo número de inscritos e pelo tamanho da mesa, vamos tentar de 3 a 5 minutos, 3 minutos, com tolerância até 5 minutos.

A SRA. EDNA JATOBÁ - Bom dia a todas e todos. Eu queria começar a minha breve intervenção colocando o significado, pelo dicionário, da palavra genocídio, para que não haja dúvidas do que se trata. Genocídio, segundo o dicionário, significa: extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso. Então, não é por falta de informação nem de estudo que a gente defende a inclusão desse conceito nessa temática, que é o extermínio da juventude negra.

Segundo, eu queria colocar também que, desde 2007, como em outras falas já colocaram, existem, no Pacto pela Vida, mais de 15 ações definidas pela sociedade civil. Grande parte dessas ações que entraram no Pacto pela Vida dizem respeito diretamente à prevenção e à segurança da juventude negra e da população negra como um todo. Infelizmente, a gente não tem acesso às informações de como



andam esses projetos, de como eles estão sendo executados e se estão sendo, de fato, executados.

Então, mais uma vez, a gente está num espaço para discutir o extermínio da juventude negra e não tem sequer a representação do Secretário de Defesa Social. É uma pena, lembrando que a gente não quer discutir a juventude negra só no âmbito da polícia, mas sim, como também já foi falado, no âmbito de uma proteção mais integral.

Quero registrar também que a população negra, a juventude negra, em Recife, Pernambuco, e especificamente em outras cidades, como Cabo e Abreu e Lima, ela também está sendo exterminada dentro das unidades, dentro das FUNASEs, a partir da proteção do Estado. Tivemos a morte de 27 jovens — eu acho que de 5 anos para cá, não é isso, Romero? —, negros, assassinados dentro das unidades de internamento. Então, é uma negação do direito à vida dessa juventude, na sociedade e, também, quando ela está sendo reeducada e protegida pelo Estado.

Por fim, eu também queria mencionar que, infelizmente, no âmbito federal, num contexto desses, de extermínio da juventude negra, a gente tem um corte, na CEPIR, de mais de 50% do orçamento, e também na Secretaria de Direitos Humanos, e também na Secretaria de Políticas para as Mulheres. Então, isso também não é um problema localizado. A gente tem problemas no nosso Estado, mas a gente também tem que exigir que as ações aconteçam a contento, e que tenha o orçamento para isso também no âmbito federal.

Era isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero só informar que a CPI convocou os seis Estados com os maiores índices de homicídio e os seis com os menores. Pernambuco está entre os que têm os seis maiores. Portanto, tanto o Secretário de Defesa Social, o Secretário de Segurança Pública, quanto o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Delegado-Chefe da Polícia Civil e o Defensor Estadual, da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, foram à CPI. Então, teve toda uma sessão, e eles estiveram presentes. Foram convidados para estar aqui, mas, dever de ofício, quero dizer que nós temos priorizado nos Estados discutir mais com os movimentos, fazer diligência com as famílias que foram vítimas de homicídios, né? Sei que a gente não tem



trabalhado muito na vinda dos secretários, porque, nas várias, dezenas de audiências que nós fizemos, houve muitos embates e alguns momentos muito desagradáveis em relação, principalmente, aos familiares de vítimas de homicídios. Então a gente também não trabalhou, para ser justo, com a vinda dos secretários nem dos comandantes.

Nesse sentido, eu quero passar a palavra para o Sr. Sérgio Moura, que está representando aqui a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude.

O SR. SÉRGIO MOURA - Quero desejar um bom-dia a todas e todos.

Primeiro, quero cumprimentar a Mesa, em nome do seu Presidente e da sua Relatora.

Eu, na verdade, sempre sonhei em estar aqui neste espaço. Eu sou alagoano, vim para Pernambuco ainda criança e fui morador de uma comunidade muito violenta aqui no nosso Estado e acompanho de perto essa realidade. O quantitativo de amigos que eu perdi, quando jovem, me deixa até um pouco emocionado em estar aqui hoje, na verdade.

Hoje eu estou à frente de uma secretaria executiva do Governo do Estado de Pernambuco, que é a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, e estou como Secretário-Executivo de Segmentos Sociais. Na verdade, esse papel hoje tem a função de agregar diversas políticas para segmentos sociais, inclusive a Coordenadoria de Política de Igualdade Racial, que antes era uma assessoria especial ao Governo, e hoje é uma coordenadoria.

A gente tem os companheiros que estão aqui presentes: Marta Almeida, que é uma militante que todos conhecem; Mãe Elza; Vicente; e mais Antônio, que é um quilombola que compõe essa equipe.

Na verdade, o papel da gente aqui hoje é muito mais de explicar que a gente entende que existe esse genocídio. Isso é um fato. E a gente quer trabalhar na mudança disso. O Secretário Isaltino, que foi quem na verdade coordenou essa equipe, coordena essa equipe, convidou a gente para estar nessa equipe, é um militante que entende que há uma bandeira de luta voltada para o segmento de igualdade racial.

Eu acho que hoje a gente está muito mais para escutar. A gente quer saber, quer escutar, quer entender como está a realidade no nosso Estado. A gente, como



milita todos os dias nesse segmento, sabe exatamente qual é o quadro, mas a gente percebe que, no atual Governo, há mudanças. Quando a gente constituiu uma secretaria executiva para discutir essa política no Estado, a gente percebeu que são pessoas sensíveis ao que a gente está discutindo aqui neste momento.

Eu gostaria também de deixar registrado que, quando a gente fala sobre a política de igualdade racial e o número de jovens assassinados no nosso Estado, a gente tem que pensar na transversalidade dessa política. A gente tem os recortes que são importantes de estarem registrados: a gente tem o jovem negro LGBT, a gente tem o jovem negro com deficiência.

Então, todos esses jovens que também estão sofrendo têm que ser pensados nas suas particularidades. Esse é o resgate que eu trago aqui para a gente poder discutir esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Sra. Eleonora Pereira, do Movimento Nacional Mães pela Igualdade.

A SRA. ELEONORA PEREIRA - Bom dia a todas e a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, companheiro.

Venho aqui dizer, como defensora dos direitos humanos, ameaçada neste Estado, por defender a juventude negra, em uma comunidade de baixa renda... Inclusive hoje, tenho meu filho negro, como estatística, nos dados das estatísticas de extermínio da juventude negra. Em 2010, meu filho foi assassinado, aqui, no Estado de Pernambuco. E, dentro desta Casa, a memória do meu filho é excluída, é estigmatizada, pelo preconceito e pela homofobia. Meu filho era gay.

E quando não levantamos esses dados relativos ao extermínio da juventude negra não levantamos quantos jovens negros homossexuais estão sendo exterminados.

Neste exato momento, desde ontem, estou preocupada com uma jovem transexual, que foi brutalmente espancada na BR-101, próximo ao metrô do bairro, e que está no Hospital da Restauração Agonizando. E já foi dado um laudo de que a qualquer momento pode morrer. Ela foi espancada a pauladas.

Quanto a esses dados, enquanto mães pela igualdade, mães de homossexuais, filhos dos quais temos orgulho, queremos dizer que nossos filhos que são negros estão sendo exterminados por preconceito e por homofobia.



Queremos que a CPI traga esses dados que mostram quantos jovens negros e homossexuais estão sendo exterminados também em massa, por preconceito, por homofobia e por discurso de ódio, principalmente nas câmaras legislativas.

Precisamos dizer, e tirar da responsabilidade do que foi dito aqui, que o *“futuro da nossa juventude é o futuro do nosso País”*. E vamos tirar da responsabilidade o futuro dessa juventude quando não garantimos políticas afirmativas e garantimos direitos humanos para esta juventude. Colocamos esta juventude como responsabilidade. Que futuro estamos dando à nossa juventude? Que futuro os nossos Deputados Federais e Estaduais estão dando a nossa juventude?

É isso que venho, enquanto mãe, mãe defensora de direitos humanos ameaçada neste Estado, mãe que perdeu um filho, mãe que hoje sangra. Sinto-me mutilada para o resto da vida. Solidarizo-me com todas as mães que perderam seus filhos negros, porque já lutei. E vou dar o testemunho de ver um jovem negro assassinado em frente a minha casa e de ver uma mãe ajoelhada, pedindo, pelo amor de Deus, que quando ela virasse o rosto, não fosse o filho dela. Mas quando vira-se, verifica que é o filho dela. Ela abraçou o filho sangrando. Isso dói.

E eu encontrei meu filho, brutalmente espancado, no Hospital da Restauração, e saber que neste Estado a Polícia Militar, *a priori*, no início da investigação, colocou meu filho como culpado da sua morte, com fala homofóbica; que uma delegada, daqui, do Estado de Pernambuco, veio com fala homofóbica, só porque meu filho era pobre, negro e homossexual. Hoje sou uma mãe que não fiquei escondida. Sou uma mãe que mostrou a cara e que veste a bandeira do arco-íris com muito orgulho, que não tem vergonha de dizer: *“Meu filho é gay”*. (Palmas.)

É isso que venho pedir, com muita dor, não só por mim, mas por todas as mães que perdem seus filhos homossexuais: que a CPI venha dar um corte na questão da orientação sexual e que mostre a cara, porque a nossa juventude negra e homossexual está sendo exterminada.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Minha solidariedade, Sra. Eleonora.



De fato, o que a CPI mais encontrou durante suas andanças, audiências, oitivas e diligências foram mulheres pedindo justiça. De fato, quem cobra por justiça e quem nunca desiste dos filhos são as mulheres. São mães, avós, viúvas, esposas que lutam por reparação de danos. Lamentavelmente, o Estado, no caso emblemático do Amarildo, não deu resposta de onde ele se encontra. Quando chegou até a Sra. Elisabete, esposa do Amarildo, foi para condená-la por abandono de menores, porque tinham entrado em depressão. Essa é a figura. Essa é a realidade do Estado brasileiro.

Então, quero, aqui, manifestar a nossa solidariedade e dizer que as mulheres são duplamente violentadas — são violentadas porque perdem seus entes queridos; são violentadas porque são abandonadas, quando não há nenhuma política do Estado brasileiro.

Em relação à manifestação e à cobrança da senhora, temos total ausência de dados, de informação sobre o sistema de segurança pública. Tanto que falei que um dos projetos da CPI é propor o instituto nacional de segurança pública, para que se possa produzir dados, e políticas a partir dos dados, mas, também, mudar a lei que criou o SINESP, que, na verdade, não está em funcionamento. Apesar de que no Estado de Pernambuco, tenho de reconhecer, o pacto pela vida tem um banco de dados em tempo real, mas não é a realidade do País. E teremos de alterar a lei que criou o sistema, para obrigar os gestores a informar em tempo real sobre os homicídios. Queremos também que informem sobre a elucidação dos homicídios e dos crimes. Queremos padronizar as informações. Queremos se a pessoa é negra, se é branco. Queremos saber onde mora. Queremos saber sobre a questão de gênero. Queremos saber idade. Queremos saber o lugar do fato. Então, estamos propondo alteração na lei, para que tenhamos essas informações.

Hoje temos de dificuldade de saber se a pessoa é branca ou se é negra e, mais ainda, de saber a orientação sexual. Portanto, não temos nenhuma estatística.

A senhora está correta. O Brasil precisa conhecer a sua realidade. Então, estamos trabalhando nessa perspectiva, com matéria legislativa, para que possamos dar respostas às perguntas que apresentou na tribuna.

Convido o próximo orador convidado da nossa Mesa, Sr. Maxwell Vignoli.



O SR. MAXWELL VIGNOLI - Bom dia. Meu nome é Maxwell Vignoli. Trabalho como Promotor de Justiça, com atribuição aqui em Recife. Saúdo a Mesa por questão de equidade, em nome do Sr. Deputado Reginaldo Lopes. Gostaria de fazer meu posicionamento de 2 formas: um, mais técnico; outro, mais pessoal.

Iniciarei pelo técnico.

No último 6 de maio, o Ministério Público realizou uma audiência pública em cumprimento de uma orientação do Conselho Nacional do Ministério Público, que determinou que os ministérios públicos realmente se envolvessem na questão do combate ao racismo. E, em conjunto com o GT de Combate ao Racismo, do Ministério Público, a minha Promotoria, a 8ª Promotoria de Justiça, de Defesa e de Cidadania de Recife, realizou esta audiência pública. E parte dessa audiência pública, muito rica, trouxe para nós algumas deliberações que vou fazer aqui, não de forma oficial.

Estou representando o GT Racismo. A Procuradora de Justiça, Maria Bernadete, não pôde vir, e pediu desculpas. Os outros representantes do GT Racismo também me pediram que viesse. Já estou adentrando quase informalmente o GT Racismo por conta da demanda que vem a minha porta, a minha Promotoria, como fiscalizador, com a implementação de políticas públicas principalmente para coibir o racismo, e também com relação ao controle externo da atividade policial.

Por essa razão, foi feita a nossa audiência pública. Alguns pontos foram deliberados, que ainda não são oficiais, porque precisamos de uma deliberação do GT Racismo, mas posso lhes trazer, de antemão, até porque ficamos de repassar para a comunidade, para a sociedade civil e para os órgãos que participaram da nossa audiência. No entanto, ainda estamos ajustando os últimos dados.

A audiência foi degravada em 53 páginas. Como não vou ler essas 53 páginas agora, vou fazer uma breve leitura:

“Pontos específicos para serem abordados na continuidade da intervenção do Inquérito Civil.

1 - Controle externo das atividades policiais no que se refere a prática de autos de resistência nas abordagens à juventude negra nas comunidades. Como forma de solução para a demanda foi apontada a



necessidade de formação dos policiais para a atuação em relação aos cidadãos, evitando a abordagem a partir de estereótipos de raça e sociais, coibindo a chamada ‘presunção da culpabilidade’.”

Muitas vezes, na maioria das vezes, isso recai sobre a juventude negra. O auto de resistência aqui no Estado de Pernambuco é algo muito comum, e a prática é realmente criminalizadora. Essa presunção de culpabilidade advém do racismo, do preconceito na abordagem dos policiais.

“2 - Implantação efetiva da presença do Estado nas comunidades através das Unidades de educação, saúde e assistência social e interação destas unidades com os policiais.”

A presença única e exclusiva da polícia nas comunidades faz com que o Estado só se apresente novamente para essa população — e ainda permanece, desde o tempo do Império, desde o tempo da escravidão — como repressor. Essa posição do Estado, apenas como repressor, não pode mais existir.

“3 - Adesão e implantação do Plano nacional contra a mortalidade da juventude negra — Plano Juventude Viva.”

Nesse aspecto, eu quero fazer referência também à posição de alguns dos nossos Deputados, como o Deputado Betinho Gomes — e faço minhas as palavras dele —, a Deputada Teresa Leitão, o Deputado Edilson Silva, de que nós temos legislação. O Estatuto da Criança e do Adolescente já existe, já existe constatação, mas neste momento não existe implantação de políticas públicas que possam coibir essa prática. Já existe legislação. Cabe ao Legislativo, agora, fazer a fiscalização do Executivo quanto à prática, quanto à efetivação dessa legislação.

“4 - Atendimento de saúde e socioassistencial das famílias vítimas do extermínio da juventude negra.”

Nós não temos o atendimento socioassistencial à saúde nessas comunidades.



“5 - Implementação de coordenadorias de igualdade racial nas Secretarias de Saúde dos demais 182 municípios de Pernambuco.

6 - Coibir a prática de Racismo institucional nas unidades de saúde e assistência social, formação desses profissionais para serem respeitados e respeitarem o usuário/cidadão.

7 - Implementar no Estado e Município a Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e Afro-brasileira.

8 - Efetivação do atendimento socioeducativo para os adolescentes em conflito com a lei negros e atendimento preventivo-protetivo” — contra a prática do ato infracional.

Isso é exatamente a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste momento, com esta mudança, com esta ideia de mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente — o ECA completa 25 anos hoje; nós implementamos esse Estatuto —, queremos colocar mais pessoas na prisão. Apenas para elucidar, nós somos o país com a terceira maior quantidade de pessoas presas no mundo em termos absolutos e o maior em termos relativos. E nem por isso nós diminuimos a criminalidade. Então, colocar mais pessoas na prisão não é a solução. Digo isso pela prática que eu tenho, são mais de mil ouvidas de adolescentes, na sua maioria negros, que realmente querem se incluir nesta nossa sociedade consumista e com falta de oportunidade. É preciso, então, efetivamente, a implementação de políticas públicas preventivas, antes de repressivas.

“10 - Atendimento à saúde das mulheres negras para coibir a violência obstétrica, a esterilização contínua e as doenças que acometem a população negra.

12 - Atuação articulada governamental com as lideranças comunitárias e do movimento negro para solução das demandas. Verificação dos Conselhos (...)” — e não só das câmaras do Pacto Pela Vida.



Esses aspectos vão ser instrumentos para a continuidade da investigação do Ministério Público. E nós vamos continuamente cobrar a implementação dessa política.

Da nossa parte, como órgão fiscalizador da execução e da garantia do direito — e nesse aspecto direito significa implementação da lei —, precisamos buscar, através dessa CPI e dessas escutas... Nós precisamos, como Ministério Público, desse documento que vai ser elaborado pelo Congresso Nacional, para nortear nossa atuação.

Bem, essa é a questão técnica. Eu não tenho tempo para falar da questão pessoal, mas gostaria de fazer uma referência. Essa investigação que eu estou fazendo é sobre algumas comunidades, e não são as mais problemáticas: a da Vila Santa Luzia e a do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus. São comunidades historicamente de população negra. Por essa razão, as pessoas continuamente apresentam denúncias ao Disque 100, do Governo Federal. Como resposta a essas denúncias, a única que se tem ainda é uma tentativa de punição, muitas vezes do policial que está executando seu serviço nessas comunidades.

Essa atuação de coibir, coibir e coibir, e apenas aumenta esse ciclo de violência, não está solucionando o problema. Para essa situação específica, é preciso a implementação urgente de políticas públicas de saúde, assistência social, educação e, principalmente, cultura. Não se tem mais só a necessidade de instalação de quadras, mas também de aparelhos de cultura, como falou o Deputado Betinho Gomes com relação aos teatros, nem que sejam cinemas comunitários.

Essa é a minha parte, mas eu gostaria de fazer só uma referência final. Todos sabem que minha origem — falo isso em todas as audiências — é vergonhosa, é a de herdeiros de donos de escravo. É uma origem péssima. Gosto de fazer essa referência para que eu saiba exatamente o local onde estou nesta sociedade, que é o de repressor. E também faço referência ao fato de que, por essa razão, durante muito tempo, eu realmente recebi os benefícios de uma sociedade supostamente incluída no capitalismo, na questão de propriedade.

Certa vez, quando eu tinha aproximadamente 7 anos de idade, escutei um grunhido. Eu morava num prédio de três andares. Escutei um grunhido, um barulho, à noite, de uma pessoa pedindo socorro, gritando, aflita. Eu não sabia o que era e



não consegui dormir durante algum momento. Tive medo, porque eu tinha 7 anos e achava que estava escutando alguma coisa. Era um grunhido horrível. No dia seguinte, minha família fez referência a pessoas que se sentiam injustiçadas porque tinham praticado uma tortura contínua, durante a noite inteira, contra uma pessoa, é claro, negra, utilizando fósforos. Eles acendiam fósforos e colocavam na boca dessa pessoa para que sofresse e nunca mais praticasse furto, supostamente em nossa propriedade. Não foi em propriedade da minha família, mas em uma próxima. Eles passaram a noite inteira torturando essa pessoa, eles a colocaram novamente no tronco, no pelourinho.

Essa situação ainda é presente no nosso discurso. É preciso que os brancos e os supostos mulatos, talvez sejam, que venham até aqui possam se perceber na condição de racista para começar a enfrentar essa situação. E nós, do Ministério Público, pelo menos a minha promotoria... Agora me apropriando um pouco mais da temática, mais ainda, e saindo dessa condição de inconsciente racista, que sempre tive, é que eu vou começar a atuar de forma a exigir do Governo do Estado e do Município a implantação de políticas públicas nessas comunidades. Que sejam políticas não só de repressão, mas de prevenção e garantia de direitos, principalmente quanto a educação, saúde e assistência social.

Obrigado. E eu espero ter mais informação sobre isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Maxwell.

Passo a palavra para a Rejane Pereira, integrante da Coordenação Colegiada da Cidadania Feminina.

A SRA. REJANE PEREIRA - Bom dia a todos e todas. Eu queria saudar a Mesa, os jovens da Cidadania Feminina, nossos companheiros Ryan e Lucas, que estão num processo de formação de fala. (*Palmas.*) A Cidadania Feminina trabalha com incidência política, preparando a juventude, o indivíduo, desde os 5 anos até a fase idosa, para termos uma intervenção política na cidade e também no Estado.

Eu mudei um pouco a minha fala, porque sou uma professora fora de sala de aula, e me chamou a atenção um relato feito por um cidadão que esteve na plenária.

Há relatos de que a miséria em Recife começa em 1520. Em 1534 é instalada a grande fábrica de açúcar. Quero dizer à população negra que a escravidão era de guerra, não se perdia a identidade. Quando há o processo de escravização no



Brasil, nós negros e negras perdemos a identidade. Então, é complicado lidar com esse processo.

Quando se fala da História, tem que haver dois lados. Quando se fala da História, tem que haver referência da História. *(Palmas.)*

Então, como professora de História, eu me senti à vontade, inclusive posso dar algumas aulas a algum Parlamentar que queira conversar conosco. *(Manifestação na plateia.)* E quero me reportar a uma defensora das mulheres negras, a Profa. Denise Botelho, que fala tão bem das mulheres negras e da educação, também a Sueli Carneiro, o Stuart Hall, que vem falando sobre identidade política. Mas quero me reportar também ao fato de que a polícia tem sempre sido chamada para a repressão. E, mesmo quando é chamada para dialogar, ela vem com a repressão. E nós vivemos isso no Córrego do Euclides. A polícia ainda é chamada quando uma criança ou um adolescente rouba um biscoito no Supermercado Pague Menos ou “Pague Mais” do bairro. Chama-se a polícia, o camarada bota o biscoito treloso nos órgãos genitais, a polícia tira o biscoito de lá e leva a criança. A gente tem feito algumas denúncias.

E outra, à 1 hora, às 2 horas da manhã, a polícia chega ao bairro, batendo à porta na pesada, chamando aqueles adolescentes que estão presos na forma da lei, e fazem uso da tornozeleira. Chegam à casa da pessoa à 1 hora, às 2 horas da manhã, perguntando se a pessoa que usa a tornozeleira está em casa. E vocês sabem que quem usa a tornozeleira tem um limite de saída. Logo, essa pessoa deveria estar em casa. Então, temos convivido com isso.

Também temos convivido com o aumento da violência em relação não só à criança, à juventude negra, mas em relação às mulheres. E quem mais sofre com a falta da política é a mulher negra e pobre. Infelizmente, é a nossa estatística. E nós estamos convivendo com o silêncio das pessoas boas. Ela recebeu denúncias de que acaba de fechar, em Recife, a Casa Abrigo, que é do Estado, e a gente não vê nenhum pronunciamento em relação a isso.

Como diz o Deputado Edilson, as coisas têm nome, elas têm um culpado. O Estado de Pernambuco tem negligenciado as políticas, não só para as mulheres, mas também para a juventude negra. Tem negligenciado isso. E nós, que estamos nos bairros... E eu vivencio isso. A minha vida é subindo e descendo morro, vendo a



miséria. Pode até existir, e eu peço até desculpas, mas eu não vejo, ainda, nenhuma política que chegue à vida da criança pobre e negra na cidade de Recife.

E a Cidadania Feminina, que é uma organização de bairro, que fica no Córrego do Euclides, numa escadaria com 54 degraus, numa barreira de 16 metros, é invisível.

Por fim, devido ao tempo, eu queria só agradecer a oportunidade e dizer que nós estamos na luta e que a nossa luta é contra o racismo, contra a violência e contra a morte da juventude negra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Sr. Romero Silva.

O SR. ROMERO SILVA - Bom dia a todos e todas. Vou escolher permanecer na mesa, devido ao tempo. Normalmente, quando saio da mesa, eu me empolgo, e tenho a impressão de que, se for à tribuna, vou perder alguns segundos.

Quero agradecer o convite, bem como cumprimentar esta Mesa, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes e da Relatora, Deputada Rosangela Gomes. Eu venho aqui, neste momento, representando o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares — GAJOP, em Pernambuco, que é membro da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — ANCED, membro da Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei — RENADE, membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos e membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos. E é desse lugar que eu falo acerca da nossa agenda de hoje.

A visita da Comissão, desta CPI aqui no Estado, eu tenho certeza de que traz duas situações: a primeira é este lugar da própria CPI, que é a escuta da realidade do Estado, e a segunda, Deputada Rosangela Gomes, eu tenho certeza de que é a de potencializar o que já existe aqui no Estado. As redes, os movimentos e as ONGs que estão aqui não estão calados, não estão silenciados, estão dando voz e colocando na agenda o extermínio da juventude e dos demais recortes que têm sofrido com a falta de políticas públicas no Estado.

E muito me surpreende olhar para as galerias e ver militantes de direitos humanos como a Clemilda e o Sisenando, de São José do Egito, como a Belânia, do Sertão. Então, eu vejo Pernambuco do litoral ao Sertão envolvido e comprometido



com esta pauta, com esta agenda. E, diante disso, outras pessoas já falaram aqui, é impossível não fazer esta discussão sem falar da data de hoje, dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, mais do que comemorar, nós queremos fazer desta data um marco, em que possamos apontar de fato a realidade posta e que tem feito meninos e meninas sofrerem.

Quero dizer que não dá para separar a discussão do extermínio da juventude negra e não dá para pessoas subirem aqui e dizerem que são contrárias ao extermínio da juventude negra e que são a favor da redução da maioridade penal. São coisas distintas, são coisas diferentes. *(Palmas.)*

É preciso pensar que, na hora em que a gente cobra políticas públicas contra o extermínio da juventude negra, quando a gente acha que a redução não é a solução e deseja políticas públicas, a gente está encontrando ao mesmo tempo... E esses meninos e meninas que estão encarcerados são o recorte da juventude negra.

Fico pensando na nossa carga de sofrimento que carregamos enquanto negros pelo simples fato de nascer negro; fico pensando no estigma que carregamos pela cor da nossa pele natural; fico pensando no fato de sermos excluídos dos espaços, de sermos separados das pessoas, de não podermos subir em determinadas tribunas porque não são para negros. Mas, mesmo assim, decidimos enfrentar e viver isso.

Os dados que muitos aqui apontaram dizem outra coisa. Insistimos em viver, em enfrentar todos os estigmas, e nós ainda temos um decreto. Pela simples cor da pele — e eu falo agora no recorte de Pernambuco, de acordo com os índios que subsidiaram o Juventude Viva —, em Pernambuco, um negro tem 12 vezes mais chance de ser assassinado do que um branco.

Pela simples cor da minha pele, se eu conseguir escapar de todos os estigmas que são postos por esta sociedade, ainda encontro uma sentença de morte, certamente. E é isso que a gente está discutindo aqui. Que a visita da CPI seja um potencializador de tudo isso que a gente está discutindo fora desta Assembleia, e, fora dos espaços dela, que a gente possa alcançar os espaços aqui, na Casa do Povo. E vamos respeitar aqueles que pensam de modo contrário. Se



este é o espaço do povo, deve-se discutir as questões do povo, Deputado Edilson. É isso que desejamos enquanto sociedade civil, estar neste espaço.

Eu queria trazer um recorte bem especial: uma das coisas que o GAJOP tem executado, e tem batido nessa tecla, enquanto frente de combate ou de enfrentamento da violência, se refere ao adolescente ameaçado de morte. Para terminar, quero dizer a vocês que, nos últimos 7 anos, de todos os adolescentes que entraram no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte — PPCAAM, 91% eram negros e escaparam porque estavam nesse Programa. Se não estivessem, teriam sido assassinados.

Quem vai dizer que isso não é um genocídio, que essa realidade não é alarmante? Muitos aqui já falaram que essa não é uma temática de hoje. Mas eu queria chamar a atenção de todos aqui presentes, Deputados ou não: se isso vimos discutindo há décadas, que hoje sejam muito firmes e muito fortes não só os nossos discursos, como também a prática nos espaços que representamos.

E eu queria encerrar a minha fala dizendo duas coisas que precisamos abolir na defesa e garantia dos direitos humanos em todos os recortes. A primeira: “*Dos males, o menor*”. Olhem, há 1 ano perdemos 100 e este ano só 50. Não é, dos males, o menor. Ou salvamos vida, ou não salvamos, porque uma vida já traz uma força e já traz uma indignação, uma mobilização forte. (*Palmas.*) E a segunda, e aí termino, é a seguinte: para garantir direitos humanos de crianças, de adolescentes, de idosos, da juventude, do recorte negro, de mulheres, não vale tudo. Vale aquilo que é legal e que reconhece cada um desses sujeitos como sujeitos de direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra à companheira Sylvia Siqueira Campos, da ONG Mirim Brasil.

A SRA. SYLVIA SIQUEIRA CAMPOS - Depois de ouvir o companheiro falar, eu tenho uma responsabilidade tremenda.

Bom, eu gostaria de saudar este Plenário, na pessoa da nossa guerreira — esqueci o nome de tão nervosa que estou — Vera Baroni. Por favor, peço um aplauso para ela. (*Palmas.*)



Muito me intrigou a fala do Deputado Delegado Edson Moreira. Deputado, eu acho que o senhor não vê o genocídio nem o extermínio porque o senhor é fruto de uma estrutura social que tem o racismo na sua base. Não o culpo por isso, não, mas lhe peço para abrir um pouco mais os olhos, para refletir um pouco mais e ver que, na realidade, o racismo está tão presente na nossa cultura que faz com que não existam as mesmas possibilidades de desenvolvimento para quem é pobre, para quem é negro, para quem é indígena, para quem é de qualquer outra etnia que não a branca neste País.

Também gostaria de dizer a vocês o seguinte: a gente vê alguns avanços; a gente vê avanços legislativos. E é sempre bom reconhecermos, termos uma proposta de emenda à Constituição que vem clarear e deixar ainda mais explícitas outras garantias. Mas, na verdade, a gente está precisando muito mais de gestores e gestoras qualificadas para fazer política pública de verdade; a gente está precisando muito mais de candidatos e candidatas ao Legislativo e ao Executivo responsáveis com a população brasileira; a gente está precisando de partidos políticos que tenham, mais do que um projeto de poder, um projeto de Nação.

Eu concordo com o que falou o Deputado, no sentido de que a gente precisa se unir. Mas a gente precisa se unir para discutir um projeto de Brasil, que não é este projeto que está em andamento já há algum tempo e que essa coalisão de esquerda que está no País nos últimos 12 anos tenta melhorar.

Umas das questões que mais me intrigam na discussão de hoje é que eu não vejo a existência de um parâmetro de segurança pública nacional que realmente cuide das pessoas. Eu tenho visto e lido mais acerca de projetos de segurança pública que encarceram, que colocam em prática a construção de presídios — e aqui em Pernambuco a gente está inclusive com sérios problemas nessa área — e que privatizam. E aí não é só a segurança pública que está sendo privatizada, Deputado. A educação, a saúde, a cultura, a mobilidade, tudo neste País está sendo privatizado. E se a gente está na luta por garantir não só direitos, mas também acesso a esses direitos, a gente tem que ver segurança pública muito além do sistema de encarceramento. Temos, sim, de dar reais possibilidades de desenvolvimento para a população.



Também gostaria de reafirmar aqui que a PEC 171 — olhem só o nome que essa PEC tem: 171 — é a maior PEC “171” da nossa história, não é? Ela reafirma o genocídio da população jovem negra. E outra coisa: a gente não apenas não aceita a redução da maioridade penal, mas também não aceita o aumento do período de internação. Isso é muito importante.

Como disse o companheiro aqui, a gente não quer, dos males, o menor, não. A gente quer, sim, que o Estado garanta proteção integral. E aí não serve a tese “dos males, o menor”. E a gente não vai entrar nessa negociação.

Ainda gostaria de dizer o seguinte: está acontecendo, neste momento, lá no Centro de Convenções um júri simulado de total irresponsabilidade — de total irresponsabilidade! Por quê? Porque a maioria das pessoas que estão lá e que estão podendo votar não são os que somos contra a redução da maioridade penal. E o resultado que sair desse júri vai ser usado da pior maneira possível para manipular a opinião da população pernambucana.

Também digo que enfrentar o extermínio da juventude é combater a criminalização das drogas, a criminalização das pessoas que usam droga. Este País não está fazendo um trabalho responsável com relação a isso. Está tratando esse tema de maneira comercial, culpabilizando os cidadãos. *(Falha na gravação.)* Desculpem-me.

Por fim, faço um pedido aos Parlamentares e às pessoas que estão nos locais da administração pública. Vocês têm uma grande responsabilidade. Mais do que consigo próprios, a responsabilidade de vocês é com toda a sociedade, para mudar os rumos do nosso Estado e do nosso País. Então, não vamos desperdiçar essa chance.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, companheira.

Passo a palavra para a companheira Vera Baroni, que está aqui à mesa. Ela representa o Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras de Pernambuco, que chegará a Brasília dia 20 de novembro.

A SRA. VERA BARONI - Bom dia a todas e a todos.

Saúdo, na pessoa da Deputada Rosângela, todos da Mesa. Sinto-me bastante honrada em estar aqui representando o Comitê Impulsor e todas as



mulheres que estão construindo no Brasil a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.

Eu vou pedir licença para que a minha fala seja lida, para que eu possa aproveitar o meu tempo.

Eu começo dizendo que o assassinato de negros e negras é uma luta que vem de longe e seu recrudescimento revela a falência do Estado Brasileiro em garantir a vida, o acesso às políticas públicas reparatórias e a segurança para todos. É fruto do tráfico transatlântico e da mercantilização da vida, do trabalho e do conhecimento de negros e negras que foram trazidos forçados da África e despossuídos de tudo, inclusive de seus corpos.

Os açóites, que por 3 séculos foram políticas públicas do Estado brasileiro, perduram até hoje com o assassinato puro e simples, ancorado na presunção de que jovens negros — nossos filhos, companheiros, netos, namorados, vizinhos da comunidade — são criminosos, até comprovação em contrário, indo na contramão do que diz a nossa Constituição Federal.

O Mapa da Violência 2014, ano-base 2012, informa que o Nordeste é a região mais violenta do País, com taxa de homicídio de jovens na casa de 79,5 por 100 mil habitantes. No Brasil, 56 mil pessoas são vítimas de homicídio por ano. Dessas, 30 mil são jovens. São 82 jovens assassinados por dia no País, 7 a cada 2 horas, sendo 93% de homens e 77% de Negros.

Pernambuco é Estado do Brasil com o segundo mais risco relativo por raça e cor; lá é 12 vezes maior o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio do que um jovem branco.

Estamos diante de uma prática criminosa de limpeza étnica, com grave comprometimento para o futuro do nosso País. A prática da eugenia já foi política de Estado, com a esperança de limpar a mancha negra brasileira.

Nós negras e negros brasileiros somos 53% da população autodeclarada preta e parda. E sabemos que o IBGE tem catalogados mais de 150 denominações, como moreno, mulato, queimadinha, cor de canela, chocolate, café com leite, entre outras categorias estranhas à classificação oficial do povo brasileiro.



Para nós, mulheres negras, a perda violenta de nossos filhos e filhas representa mais uma dor que é agregada à dor do racismo, da discriminação racial e do preconceito.

Entidades da sociedade civil, em alguns Estados brasileiros, na tentativa de suprir a ausência de segurança, direito constitucional consagrado a ser tutelado pelo Estado, têm criado campanhas antirracistas e de valorização da vida, para conscientização e alerta, das quais destacamos duas: Reaja ou será morto, Reaja ou será mortal! e Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar.

Da mesma forma, vários grupos de resistência, formados por familiares de vítimas da violência e entidades da sociedade civil foram constituídos em todo o País para não permitir que a impunidade, o esquecimento e a queima de arquivo façam calar a exigência de justiça ou que a baixa celeridade da Justiça deixe sem resposta os casos que conseguiram ser denunciados e se transformaram em processo para julgamento e punição dos responsáveis.

Este ano, celebramos 25 anos da chacina de Acari, no Rio de Janeiro, para nos alertar que essa violência não pode seguir impune.

Cabe referir os casos de mortalidade materna que já ensejaram a condenação do Brasil em organismos internacionais por crime de negligência com a vida de jovens mulheres negras, como o noticiado caso da jovem de 28 anos Aline da Silva Pimentel Teixeira, grávida de 6 meses, que perdeu o bebê depois de aguardar atendimento por horas e morreu logo depois de entrar em coma. Outra vítima do racismo institucional foi a jovem de 15 anos Rafaela Cristina de Souza Santos, que morreu em abril deste ano vítima de eclampsia. Ambas procuraram atendimento em tempo hábil e morreram em hospital por negligência médica. Pelo perfil das vítimas, ambas deveriam ter sido tratadas com a máxima atenção, desde o pré-natal, já que no início das consultas poderiam ter sido identificadas complicações na gestação.

A mortalidade entre as mulheres grávidas de cor preta é sete vezes maior do que entre as de pele branca. Segundo o Ministério da Saúde, em geral, as mulheres negras recebem ainda menos tempo de atendimento que as mulheres brancas. É por essas e outras que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída pela Portaria/MS nº 992/2009, estabelece: *“A marca desta política é o*



reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde”.

Esperamos que o resultado desta CPI possa impactar a sociedade brasileira para: reconhecer o fenômeno do genocídio da juventude negra brasileira como um problema de Estado e adotar a busca de solução para ele como uma das prioridades da gestão pública em âmbitos nacional, estadual e municipal, a fim de ampliar e efetivar o grau de eficiência e eficácia das políticas públicas; dar visibilidade à situação de vulnerabilidade a que está submetida a juventude negra nas agendas dos diversos segmentos sociais; realizar amplamente audiências públicas que tratem da temática nas diversas cidades brasileiras; ampliar espaços de reflexão sobre a violência letal contra a juventude negra; fortalecer o Plano Juventude Viva; aumentar o percentual de cotas, políticas afirmativas e reparatórias para ingresso e permanência de indivíduos negros em universidades públicas e privadas; criar mecanismos que monitorem a efetiva aplicação da Lei 10.639, que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas; criar mecanismos para a efetivação da Portaria 992, que trata da saúde da população negra.

Este é o primeiro ano da Década dos Afrodescendentes, instituída pela ONU. Que enfrentemos com coragem o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerâncias correlatas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Vera Baroni.

Passo a palavra ao próximo orador, o Sr. José de Oliveira, do Movimento Negro Unificado de Pernambuco.

Quero apenas dizer à Vera que, a partir de várias audiências, a CPI vai apresentar um projeto de lei que torna inadimplente no Cadastro Único de Convênios do Governo Federal, de repasses voluntários, os Municípios que não implementarem a Lei 10.639.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas, neste plenário; ao Presidente dos trabalhos, o Deputado Reginaldo; à Deputada Rosangela; ao companheiro Edilson; à companheira Teresa Leitão; e aos amigos que comigo travam a luta do dia a dia para que a gente possa, realmente, de fato, fazer valer os



nossos direitos: a companheira Martinha, a companheira Ialorixá Mãe Elza, o Júnior, a Rejane, o Josebias, a Capitã Lúcia Helena e Vera Baroni.

Amigos, eu, no início dos nossos trabalhos aqui, pedi que a gente pudesse ter um pouco de paciência e tolerância com aqueles que não conhecem a nossa história e ousam se posicionar sem conhecimento. A esses a gente peço a Olorum que perdoe e dê sapiência, para que ele possa, de fato, fazer uma trajetória do reconhecimento do trabalho e do papel do povo negro no mundo! A esses perdoe; que Olorum os abençoe.

Amigos, amigas, a gente precisa entender e fazer valer que esta caminhada não é uma caminhada fácil, mas é uma caminhada repleta de muita ousadia. E, com isso, a gente precisa poder fazer o reconhecimento — e eu vou dialogar com o que Edilson aqui colocou — de que nós somos filhos da luta de Zumbi e Dandara e não abrimos mão de fazer valer esse direito.

Com isso, eu acho que se faz necessário, primeiro, a gente resgatar uma fala que foi feita pelo Presidente da Mesa, com o que eu concordo plenamente, no sentido de que a gente precisa, com esse trabalho feito, dar norte à redução de danos feitos à população negra no Brasil e no mundo. Isso é de bom tamanho e é o que a gente precisa perseguir.

Para isso se faz necessário entender a contribuição de Zumbi e Dandara, da Frente Negra, e do MNU, do qual eu faço parte. A gente demarcou uma nova história. Dou exemplo muito preciso. Nós, militantes do MNU traçamos várias bandeiras, e uma eu quero destacar, porque, com orgulho, fiz parte dela, e muitos militantes que aqui estão presentes contribuíram com ela — a Vera colocou na sua fala; a Rejane colocou na sua fala —, Deputado e Deputada membros desta Comissão: só se vai resolver esses crimes contra a juventude negra se a gente, de fato, colocar em prática a Lei 10.639! Sem ela, a gente não vai a lugar nenhum. É falácia! (*Palmas.*) E quem contribuiu foram os militantes negros de Pernambuco. Fomos nós que elaboramos a lei. Esta Casa aqui se omitiu. Está aqui, nos Anais desta Casa. Mas numa Casa maior a gente conseguiu driblar — essa é a palavra — as resistências, para poder fazer valer os nossos direitos e dar a nossa contribuição.

Precisamos, também, nesta Mesa, entender que a gente só vai resolver esse problema se a gente fizer o diálogo perfeito para poder tratar com a polícia que aí



está. Essa polícia é dotada de sistema que foge da relação que a gente quer ter. A gente precisa ter uma atuação comunitária, em que se escute o povo negro, porque a gente não pode ser tratado como marginal. Essa polícia precisa ter revisto o seu conceito.

Precisamos também fazer valer e aprovar, como aqui a companheira Teresa e a Deputada colocaram, o PL 4.471. Precisamos ver isso aprovado, e esta Comissão tem essa responsabilidade.

É preciso entender onde está, realmente, o efeito que mata jovem negro. Primeiro, é uma coisa sobre a qual a gente não tem o controle, porque o que está em curso — e a gente precisa dizer isso ao mundo — é uma ação cujo resultado já vimos, quando foi operada por Hitler! É isso o que está em curso no Brasil, mas de uma forma muito sorrateira. E a gente não está tendo coragem de enfrentar. A gente costuma dizer, de forma branda, que é fascismo. Eu costumo dizer que é a política de Hitler que está aqui no Brasil! O que a gente precisa ver não é o fascismo. A gente sabe o que Hitler fez. E tem muita gente perseguindo o seu sonho.

A gente está vendo o comportamento de alguns que estão no Congresso Nacional. A gente tem, hoje, a pior bancada falando pelo povo! Posso dizer que é culpa dos brasileiros? Sim! Mas não é culpa de nós negros, porque nós sabemos o caminho e aonde queremos chegar. Então, quem lá esteve foi o poder econômico; quem lá colocou foi a mídia! A gente precisa, aqui, poder realmente, fazer valer nossa posição sobre essa PEC, que a gente tem colocado toda hora aqui.

Eu concordo com Silvia quanto a esse 171. Sabe o que é isso, Rosangela? É um estelionato contra a Constituição brasileira. E com gente sábia, que quer lesar direitos de uma juventude que tem sonhos, de uma juventude que quer se fazer valer. E a gente vê aqueles que se dizem arautos da moral dizerem que estão no caminho certo. Vamos denunciar isso.

E tem mais: dos nosso ícones — dos meus ícones, para dizer com propriedade — eu não me envergonho, Deputado, que talvez não esteja aqui mais, falando sem saber. Os meus ícones... Está presente? Ótimo! Quero dizer que os meus ícones não me envergonham. Zumbi, Dandara, Malcom X, Ganga Zumba não me envergonham. Para ser mais preciso, cito um contemporâneo nosso, Mandela, que resistiu e não se curvou à elite, em defesa de um povo!



Esta militância aqui também não vai abrir mão disso. Para esse Deputado que aqui falou por desconhecimento quero fazer uso do que diz um grande líder da atualidade, Kabengele Munanga: “*O racismo é um crime perfeito no Brasil, porque quem o comete acha que a culpa está na própria vítima*”. E aí eu percebo, Deputado, que o senhor quer passar a culpa a negros e negras. Capitão do mato! Esses, realmente, fizeram o massacre que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA - Esses a gente não respeita! Mesmo tendo na sua pele a cor negra, são covardes, como muitos que estão atuando por este Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra a Alersson Teixeira, representando o Fórum de Juventude Negra de Pernambuco.

O SR. ALERSSON TEIXEIRA - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Saúdo a Mesa, na pessoa de Vera e de Rosângela, que já nascem na resistência por serem mulheres e negras. O Plenário eu saúdo na pessoa de Gírlana Lucas — que é uma companheira e referência para mim, no que diz respeito ao Movimento Negro e, principalmente, ao Movimento Negro de mulheres — e de Teresa Leitão, que a cada dia me cativa mais, eu posso dizer assim.

Não tenho a eloquência do companheiro que me precedeu (*riso*), mas eu chego lá.

Eu faço parte do Fórum de Juventude Negra de Pernambuco. O Fórum é um espaço instituído depois do I Encontro Nacional de Juventude Negra, que aconteceu em 2007. E a grande bandeira de luta, dentre tantas, e a que mais nos acomete é, justamente, o genocídio da juventude negra.

Quando a gente fala em genocídio da juventude, trazendo aqui para Pernambuco, a situação, como muitos já falaram aqui, não é nova. Quando a gente pega os primeiros Mapas da Violência, feitos pelo Jacobo, a gente percebe, lá em 1996, que Pernambuco já vinha pontuando negativamente em relação aos homicídios de jovens. Em 2006, a gente já tem isso mais definido. Quando se coloca a questão de raça e cor, a gente pontua ainda mais negativamente no que diz respeito à juventude negra.



Em 2014, no Mapa da Violência, a gente tem diminuição de 32,2%, na mortalidade de jovens brancos, e aumento de 32,4% na mortalidade de jovens negro. Eu quero dizer que — e aí, fazendo referência à primeira fala do Presidente da Mesa, o Deputado Reginaldo Lopes — isso não é normal. Nunca foi normal. E há um movimento para naturalizar a mortalidade da juventude negra no nosso Estado e no nosso País, porque só o que dá notícia em rede nacional, em relação à mídia, é a luta e a mortalidade dos jovens negros norte-americanos. Ou seja, não dá audiência falar de jovens negros brasileiros morrendo, até porque seriam diárias essas referências.

Eu estava pesquisando os índices de 2015, aqui, no Estado, e praticamente 80% da mortalidade total das vítimas que se vê ali são de jovens. Ou seja, de 1.933 homicídios que houve no Estado, 1.039 são jovens. Com certeza, eu posso afirmar, praticamente mais de 70% desses homicídios são negros. Eu creio que esses índices têm muito a ver com o modelo de política de segurança pública adotada não só no Estado de Pernambuco, mas como no Brasil.

Como a gente está falando de jovem pernambucano, o instrumento que sintetiza a política pública no Estado, o Pacto pela Vida, tem um indicativo da participação social, guiado também pelo eixo de prevenção, e hoje deixa a desejar quando há um indicativo de aumento na mortalidade aqui no Estado.

Cadê os outros eixos, além da repressão? A gente precisa andar junto; precisa, sim, fazer a repressão, mas, com certeza, tem que se investir bem mais na prevenção.

Essa política de segurança pública é guiada também pela lógica de guerra às drogas, essa lógica proibicionista e repressora, que segue o perfil suspeito, que a gente muito bem conhece.

Para a polícia, é crime ser negro e ser jovem. Eu passei essa semana por uma situação dessa. Só fazendo um parêntese, é tão sutil que eu mesmo não percebi. Quem percebeu foi meu amigo, que muitos aqui conhecem, Isaque Menezes. A gente estava junto. Eu estava no meu bairro, onde eu moro há 28 anos, e vi o indicativo de uma casa para alugar, falando onde eu podia pegar essas informações. Dirigi-me até a casa. Era de noite. Primeiro, era um senhor de idade, ele não abriu a porta, falou com muito medo, dava para perceber que estava com



medo. No mesmo momento, um carro da polícia estava passando e parou logo mais na frente. E só saiu quando a gente se afastou da casa.

Eu fico me perguntando o que eu estava fazendo de errado, porque eu estava vindo do trabalho, estava de farda, que é uma camisa da pesquisa de drogas. E aí Isaque me chamou a atenção.

Às vezes, o racismo é expresso de forma tão sutil que a vítima muitas vezes nem percebe. E nessa lógica de guerra também às drogas e de perfil suspeito, esse aumento de 32,4% na mortalidade de jovens negros e a diminuição igual a da mortalidade de jovens brancos, eu me pergunto: a quem essa polícia está servindo? O que me leva a crer também que são ações orquestradas para o extermínio físico e simbólico da nossa juventude e do nosso povo negro. Físico em relação aos homicídios, e simbólico em relação à intolerância religiosa e às dificuldades de ser implementada a Lei nº 10.639, um instrumento que vai, de fato, mexer com o *status quo* da nossa sociedade.

O braço armado do Estado é responsável por 30% dos homicídios de jovens. É um número expressivo. Isso visa uma efetivação da teoria eurocêntrica, ou seja, do embranquecimento, onde a proposta que se tem para os jovens negros são duas: cemitério e cadeia.

A redução da maioria penal vem falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua.

O SR. ALERSSON TEIXEIRA - A gente percebe, por estudos, que não há um indicativo. O País que reduziu a maioria penal não teve êxito. A gente vai colocar os nossos jovens num espaço falido, onde mais de 70% é de reincidências. E temos também os autos de resistência, que muito foi falado aqui também.

A gente, do Fórum de Juventude Negra, fez uma solicitação a esta Casa. A gente perguntou quantos autos de resistência a Secretaria tem conhecimento. Foram nos repassados quatro autos de resistência, um número irreal diante do nosso contexto.

Como a gente pode mudar isso? Como a gente pode reverter essa situação? A gente, primeiro, tem que ter sensibilidade; a gente tem que ter também ciência de que a gente precisa colocar o racismo como fator estruturante a ser combatido. A gente não pode falar de sociedade, a gente não pode falar de capitalismo sem antes



falar de racismo. E é preciso também a responsabilização de toda a sociedade. Chamar a responsabilidade do Governo, chamar a responsabilidade desta Casa. É simbólico também, numa discussão desta, onde a gente está recebendo a CPI, a maioria dos Deputados que compõem esta Casa não estarem presentes. Daqui, eu contei uns quatro; no máximo cinco, ou seja, conta-se nos dedos. Isso, para mim, passa que nesta Casa, na sua maioria, os Deputados não respeitam ou não se importam com a juventude negra deste Estado e com a situação pela qual ela passa.

A gente precisa também da criação de um observatório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua.

O SR. ALERSSON TEIXEIRA - Já estou concluindo. Precisamos da construção de um observatório da juventude negra, onde a gente possa sentar e dialogar com todos os setores da sociedade, com o Governo do Estado, com a Casa Legislativa, com os movimentos sociais, com a universidade e com todos os que querem discutir essa questão: a aprovação do PL 4.471, e a reprovação integral do PL 171. Aí é um retrocesso no Estado Democrático de Direito.

Obrigado pela oportunidade.

Parabenizo a Câmara Federal pela instalação da CPI.

Um salve à juventude negra de Pernambuco, um salve à juventude negra brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Alersson.

Quero passar a palavra para o próximo inscrito, Paulo Triguinoso, do Abraça Recife.

O SR. PAULO TRIGUINOSO - Bom dia a todos, bom dia à Mesa, bom dia à nossa Relatora, bom dia à Plenária.

Antes de mais nada, eu queria só começar esta minha fala...

Sou natural de Pernambuco, nascido em Recife, e morei mais de 15 anos em São Paulo. Eu quero começar essa minha fala com uma música, que diz assim:

“Ô Josué, que tamanha desgraça

Quanto mais miséria faz, mais urubu ameaça.”



O Josué de Castro, que é um pernambucano, começou com o mapa da fome, e hoje a gente discute a questão afro-brasileira, o espaço negro dentro da história e dentro do trabalho que foi feito.

Em São Paulo, minha militância foi com o Prof. Hélio Santos por muitos anos. Sei da dificuldade que a gente passou para conseguir implementar. Mas também uma coisa eu aprendi, falando para ele, numa outra reunião — alguém conhece o Prof. Hélio Santos? —, que, às vezes, a militância, a gente fala como se fosse hora de voo, porque quantos militam, outros militam... Agora, vamos falar de prática. A prática que eu venho trazer aqui, de experiência.

Há uns 2 anos, em São Paulo — eu ainda estava em São Paulo — começou um movimento de jovens entrando nos *shoppings*. Quem tinha realmente a linguagem certa para falar com esses jovens? É o hip hop, é o *funk*, é todo tipo, porque é na periferia que falta realmente... Onde o poder público não chega.

Mas também, nós que temos o discurso, porque são poucos, porque são subempregos. Se um jovem for se preocupar em ser um ativista negro, ele não trabalha, ele não come.

Querem tirar a droga da favela. Agora, tira a droga da favela e coloca o que no lugar? Droga, hoje, é meio de vivência. Ele paga a conta, ele compra roupa, leva comida para casa. E as políticas públicas, como fazer?

Então, a gente criou o Movimento Rolezinho Brasil. Hoje é um movimento constituído para que a gente possa ter voz. E, hoje, jovens da periferia ligados ao *funk* têm uma interlocução direta com o poder público, com a Prefeitura e com o Estado de São Paulo. Conversa com o Ministério Público.

E quem tirou o movimento rolezinho dos *shoppings*? Os próprios jovens, porque a solução também está em nossas mãos. Agora, é importante aprovar leis. A gente sabe disso. Eu até estava falando: é uma quebra de paradigma.

O Deputado Betinho Gomes falou do busto. É uma quebra de paradigma. Aqui, a gente está circulado por três ou quatro figuras da mitologia grega. Figuras gregas, que hoje é a Grécia.

A Grécia, o que responde hoje? Falida. Então, por quanto tempo a gente viveu por livros? Até um tempo atrás não se podia jogar capoeira nas ruas. Passava-



se num terreiro: “*não, ali não pode*”. E foi por muitos anos assim. Essa luta vem se perpetuando e a gente já avançou bastante.

Agora, eu falo, com conhecimento de causa, é arregaçar as mangas, é levar esse discurso negro. Já briguei com muitos negros também porque, em reuniões de debate, discussão com o Ministério Público, com a Prefeitura, negros que estavam para defender a nossa bandeira chegam com a camisa “100% negro”, um nome branco.

Então, a gente tem que começar a arregaçar as mangas, a buscar, de fato, o poder público e a ligação direta, porque é com vocês, é com a gente, é com os historiadores, é com quem sabe a história.

Eu quero lembrar aqui o meu pai, que foi fiscal da Prefeitura, negro. Além de negro, tinha uma deficiência física, ele era marreco, como dizem, o meu pai. E eu, com 7, 8 anos de idade, não sabia o que fazer. Era “azar de marreco”, “nego marreco” e foi por muitos anos vivendo assim.

Então, o discurso que eu quero trazer aqui, a ótica que eu quero trazer aqui, com um pouco de experiência também, é ação. É fortalecer as coordenadorias. Os fóruns têm que descentralizar a cultura. E com esse trabalho que foi feito em São Paulo foram criadas as fábricas de cultura, levando cultura, esporte e lazer para a periferia.

Na Zona Leste de São Paulo, com 4,5 milhões de habitantes, grande parte desses habitantes são negros e afro-brasileiros. E lá a gente conseguiu implantar as fábricas de cultura, uma briga forte com o Governo do Estado e com a Prefeitura. A cultura de São Paulo era toda centralizada. Os teatros só no centro. Teatro em São Paulo e nada na periferia.

E a gente conseguiu, com muita luta, mostrando que realmente a gente poderia levar essa luta e levar o poder público para a base. E a gente leva. Tem itinerante, tem a ouvidoria. Todo mundo a gente conseguiu levar, porque, a gente sabe, para os Parlamentares, hoje, estarem aqui, eles precisam de voto, e voto cada um tem um. É um voto só. Um voto.

Então, a gente tem voz. Vamos levar a voz para a periferia. Vamos fazer a diferença. Vamos também construir e vamos mostrar qual é a solução. E qual é a solução? Vamos discutir o problema. Agora, a solução do problema.



Hoje, eu tenho como referência essa experiência que foi feita em São Paulo, que foi do Movimento Rolezinho Brasil, e tem outros movimentos que foram surgindo, outros movimentos saindo da ponta para o centro.

Então, na franja, a gente sabe, falamos aqui de índice. Eu sei da saúde. Anemia falciforme, só os negros têm. Só os negros têm essa doença. E todo mundo sabe que, na época em que deu a febre amarela, um dos médicos sanitaristas, que o Brasil inteiro venera, falou: *“Isso é culpa dos negros. Joga os negros para a periferia, para o Nordeste”*. Por isso que o Nordeste tem essa incidência toda, mas todo mundo sabe da história. Não vamos discutir nós conosco, porque a gente sabe, você que é negro, eu que sou negro, a gente sabe da história.

Agora, uma coisa eu quero deixar claro: dá para fazer, dá para melhorar. Quero parabenizar todos os ativistas. Não vamos deixar isso como se fosse — uma palavra que eu quero deixar — hora de avião.

Eu sou militante negro. Atuo há 10 anos, 20 anos, 30 anos. Vamos para a ação, como tenho comigo. Sou do movimento Abraça Recife. A gente está com um trabalho andando nas periferias, levando proposta.

A proposta, hoje, que eu trago aqui para o Governo do Estado e para a prefeitura é de fortalecer as coordenadorias dos negros, das mulheres, para que a gente, com a força pública, levando o Governo, levando a polícia...

Quero parabenizar a capitã. Sei, trabalhei muito com a P1 em São Paulo, eu sei o quanto essa farda pesa. Quando você vai à periferia, chegando lá, o pessoal esquece que existe um ser humano por trás dessa farda, mas a gente trabalhou bastante na periferia, mostrando que o policial também é amigo da periferia.

Agora, tem que fazer isso, tem que trabalhar. O trabalho é árduo. Gente, são 500 anos. O Brasil é uma criança e a gente está, a cada dia mais, avançando.

Muito obrigado a todos. Parabéns à comunidade negra e um salve geral a todos os negros e afro-brasileiros.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Paulo.

O próximo é o Léo Machado. *(Pausa.)*

O SR. LÉO MACHADO - Gente, boa tarde. Já passou do meio dia, não é?



Eu queria saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Rosangela Gomes e de Vera Baroni e fazer uma menção aqui à Marcha das Mulheres Negras e às Mães da Saudade, lá de Peixinhos. (*Palmas.*) Eu acho que é importante falar um pouco disso.

Eu não quero me deter a números, porque eu acho que já se falou bastante em números e em leis. Infelizmente, muita coisa que se discute nesta Casa só fica nos códigos mesmo e pouco se efetiva quando chega ao Executivo.

Uma coisa que eu queria chamar a atenção, que está na cabeça da população e que, em determinada medida sustenta os discursos feitos tanto aqui na Assembleia Legislativa quanto na Câmara dos Deputados, na bancada da Bala, é naturalizar que jovens pretos e pobres podem ser assassinados e suas famílias podem ser expostas na TV.

O direito humano está completamente negado. Depois de tudo aquilo, vem uma moça branca, com um programa de TV, e botam as mulheres para dançar, e tapa aqui, descobre ali, e isso é tudo muito natural.

Isso precisa ser dito. Os programas de televisão, os programas policiais desta cidade têm se construído assim, têm naturalizado esse discurso e, em determinado momento ou em certa medida, sustenta a bancada da Bala, as pessoas que são a favor da redução da maioridade penal etc.

Quando se fala de leis — e aí eu quero retomar —, tem uma lei que foi votada nesta Casa no dia 31 de outubro de 2008, que é a Lei 13.608, que fala diretamente do Plano Estadual — de políticas públicas — de Juventude.

Esse Plano foi um largo processo de escuta nas 12 regiões de desenvolvimento aqui do Estado. Foram feitas pesquisas com jovens da zona urbana e da zona rural para subsidiar a construção desse Plano. E me parece que a única coisa que saiu desse Plano foram os conselhos municipais, estimula a criação dos conselhos, algumas ações tímidas, as Casas da Juventude, que não atendem o todo do que se foi construído, e a gente não vê mais falar nisso aqui nesta Casa.

O Executivo, a Secretaria da Criança e da Juventude poucas respostas têm dado ao longo desse tempo.

Por outro lado, quando se fala da construção do programa ou, melhor dizendo, do Sistema Nacional de Juventude e da política de juventude, o Deputado



Reginaldo Lopes lembra muito bem. Inclusive é um dos Deputados da Câmara dos Deputados que impulsionou o debate no Congresso Nacional.

Os Municípios não têm nenhuma atenção do Estado, a não ser o Programa Casa da Juventude — existem alguns gestores de juventude aqui, ou pelo menos estavam até mais cedo —, e isso precisa ser dito. Não existe nenhum recurso.

Outra coisa, o Conselho Estadual de Juventude de Pernambuco veio tomar posse um dia desses, depois de ter ficado desativado durante 3 anos. Então, se não existe um compromisso nesta Casa de atender a demanda juvenil, de garantir a cidadania juvenil e o direito dos jovens negros e das jovens negras, pouco o Executivo vai fazer.

Eu não vou me alongar muito, mas acho que os investimentos em segurança pública não podem se dar só no viés da polícia. Eu só gostaria de dizer que fiquei muito sensibilizado com a fala de Eleonora, finalizando aqui. E acho que a nossa luta, o nosso trabalho precisa existir e ser cada vez mais forte e combativo, senão a gente vai amortecer, e vai continuar rolando a política do absurdo, que é o que tem acontecido em Pernambuco, onde pelo menos dois ou três absurdos já sofreram protestos pela população em pouco menos de um mês e meio, dois meses.

Bom dia. Boa tarde para todo mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou convidar o Junior Afro, nosso Coordenador do Plano Juventude Viva, na SEPPIR.

O SR. LINDIVALDO JUNIOR - Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Em primeiro lugar, gostaria de saudar as duas mulheres da mesa, a Rosângela e a nossa querida Vera Baroni. Quero dizer da satisfação de estar aqui na minha cidade, no meu Estado, e da tristeza de estar aqui dialogando com vocês sobre um tema que só causa dor para a gente. Eu, que tenho trabalhado na área da cultura — todo mundo me conhece —, sei como as expressões culturais, a manifestação cultural, a força da tradição de matriz africana têm ajudado, colaborado e preservado a vida da juventude negra. Assim, venho de um lugar de certa forma mais confortável para discutir política pública.

Com essa nova tarefa, cada reunião da CPI para mim é de fato uma dúvida, pois tenho um filho na idade. Aqui neste Estado onde a metodologia do Pacto pela Vida tem uma importância fundamental para o Brasil, a sua efetividade infelizmente



ainda não mostrou a que veio no que se refere à preservação da vida da juventude negra, não no que se refere ao debate. Quanto a isso, realmente a gente precisa até louvar o trabalho da polícia, que criou o GT Racismo, com um diálogo permanente com o Ministério Público. Isso a gente tem que reconhecer. Porém, a efetividade para a garantia da vida da população negra e de uma abordagem policial mais qualificada não tem acontecido.

Em minha família, o meu filho teve que ir embora daqui, uma vez que a polícia invadiu a nossa casa, porque ele tinha uma tatuagem e era suspeito na comunidade. Então, teve que ir embora, não deu para ficar lá. É a mesma polícia que me chama para conversar. É a mesma polícia que dialoga, que participa dos debates. É a mesma polícia, mas, na comunidade, ela não se apresenta como aquela do Pacto pela Vida.

Então, gostaria de dizer que aqui a gente está encontrando pessoas fundamentais para essa luta. Realmente, Zé, Edilson, a gente não começou agora. O Movimento Negro Unificado surge de um momento fundamental, quando em São Paulo um jovem negro foi assassinado em 78, trabalhador... Não que eu queira aqui justificar a morte, porque nenhuma morte antecipada é justificada, mas dizer que a gente começou lá atrás fazendo essa denúncia, e o Estado brasileiro não conseguiu avançar ainda.

Então, na condição de representante da SEPPIR, quero dizer do esforço do Governo brasileiro em transversalizar a Política de Promoção da Igualdade Racial. Isso é uma realidade. Desde 2003 que este Governo vem trabalhando com esse tema. Nós aqui temos consciência de que trabalhar esse tema no Governo não é fácil — o desafio é diário. E, desde esse período do Governo Lula, há uma disposição para enfrentar esses problemas que acometem a população negra. E, com isso, o Governo brasileiro, atendendo à reivindicação do Movimento de Juventude Negra — quero citar o Léo e o Alessandro, que tiveram um papel fundamental —, tomou uma decisão de fazer uma ação articulada, que se chama Plano Juventude Viva.

O Plano Juventude Viva é uma ação articulada de Governo, um esforço coletivo para atender à reivindicação da juventude negra, no sentido de prevenir a mortalidade dos jovens negros. Obviamente que esse plano, no diálogo para a



prevenção, acabou produzindo um conjunto de dados que têm subsidiado a CPI. Esses dados nos deixam muito tristes. Vocês conhecem esses dados, que mostram que Pernambuco está realmente numa situação difícil, assim com vários Estados. Nós fomos a São Paulo, acompanhei a CPI em São Paulo e pude ver que a situação é muito complicada. Mas o Plano Juventude Viva tem essa tarefa de transversalizar a política.

Havia, então, uma expectativa de que o Plano Juventude Viva, um plano de prevenção à violência, atuasse na letalidade. Então, o Plano Juventude Viva produziu o debate, articulou ações, buscou a adesão de Estados e Municípios para a atuação do Plano. Pernambuco não aderiu, assim como não aderiu ao Sistema Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial. E nós estamos dialogando com o Governo. Eu espero, na medida em que a gente tem pessoas fundamentais na nossa luta — Martinha, nosso companheiro Sérgio, que conheço desde que eu era pequeno —, tenho confiança de que nosso grupo, nosso pessoal vai colaborar para que o Estado de Pernambuco possa se somar a essa luta.

Por falar no caso da letalidade, o segundo passo do Plano Juventude Viva, a partir de então, é, sim, poder dialogar mais com os órgãos da Justiça, com o sistema da Justiça. Nós já temos um plano junto com o Ministério Público, para avançar, para que o Ministério Público nos ajude, para que realmente seja aplicado o Plano Juventude Viva e também para que se avance no sentido de barrar as mortes, porque o que a gente precisa agora é barrar as mortes. A gente reconhece a importância das manifestações culturais, das organizações comunitárias, das tradições de matriz africana na preservação da vida, mas a gente não pode deixar essa situação só na mão da sociedade e nem só na mão dos programas de prevenção. A gente precisa que a Secretaria de Segurança Pública diga ao policial: “Não mate, não mate”. Tem que dizer para não matar.

Para finalizar, quero dizer que nós, do Governo, somos realmente contra a redução da maioridade penal. Isso aí não é possível, criminalizar nossas crianças e adolescentes. Nós desejamos que a CPI avance no sentido de discutir os autos de resistência, é preciso que a CPI coloque a mão. Esta CPI tem uma importância grande e ela poderá avançar no sentido de uma legislação que colabore para que o Governo brasileiro, na sua luta, some-se ao Legislativo.



Queria agradecer a oportunidade de falar aqui e reafirmar nosso compromisso com esse tema.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Junior Afro.

Quero convidar o Vereador Alfredo Santana, do PRB da Capital, para fazer uma saudação. Está presente? Precisamos muito das Câmaras Municipais nesta luta.

O SR. ALFREDO SANTANA - É uma satisfação muito grande, Sr. Presidente. Em nome da Deputada Rosangela, juntamente com o Deputado Reginaldo Lopes, quero saudar todos que estão aqui, com essa causa mais do que justa.

Quando nós vemos a CPI trabalhar, ficamos satisfeitos com o *start* que é dado. Sabemos que é uma luta árdua e que existe uma vontade dentro de nós, negros — porque aqui é marronzinho, mas é negro. Sabemos que a luta é árdua para tirar do papel as leis que já existem e fazer com que haja uma sociedade de fato igualitária. É muita luta.

Sr. Presidente, parabenizo todos que compõem esta CPI, todos que fazem parte dos movimentos que aqui trabalham. Quero chamar a atenção e enfatizar que o Deputado Estadual Bispo Ossesio Silva, desta Casa, tem trabalhado arduamente para de fato realizarmos políticas públicas voltadas para essa dívida tão imensa que o Brasil tem com os negros. Sabemos que o maior crime que a sociedade brasileira realmente sofreu foi quando, na Abolição da Escravatura, liberaram-se os negros de mãos vazias.

Falta-nos tempo para explanar e colocar realmente a dor que nós sentimos, mas quero dizer, Sr. Presidente, que pode contar com a Câmara de Vereadores de Recife, pode contar com Alfredo Santana. Estamos aqui querendo fazer parte deste grupo, para fazermos com que haja uma sociedade de fato mais justa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero convidar Yuri Galdino da Silva, da União dos Estudantes de Pernambuco.

O SR. YURI GALDINO DA SILVA - Primeiramente, eu gostaria de desejar boa tarde a todos os presentes, saudar a Mesa na pessoa das matriarcas negras



aqui presentes, agradecer os posicionamentos avançados que se colocaram na tribuna. Para mim, jovem negro e de periferia, é uma grande honra e uma grande alegria estar aqui hoje nesta data marcante, aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, na casa do maior símbolo da luta abolicionista de Pernambuco, que é Joaquim Nabuco.

Eu queria expressar também a minha inquietação com a temática que a gente está debatendo hoje e dizer que estamos diante da forma mais perversa e mais cruel que pode tomar o processo de invisibilização da população negra. Estamos diante de um processo que tenta invisibilizar o negro e o seu jovem, sepultando-o, colocando-o sete palmos abaixo da terra e calando a sua voz, tirando dele as possibilidades de um futuro brilhante dentro de uma sociedade em construção.

Queria chamar a atenção também para que esse debate não seja direcionado apenas para essa forma de invisibilização do povo negro, para que todas as outras formas de invisibilização, de desrespeito à luta e à memória do povo negro também tenham o seu lugar neste debate. Afinal, tanto aqui já foi falado da Lei nº 10.639, que, apesar de 13 anos de idade, não conseguiu ser implementada.

A gente precisa dizer que, diferente do que foi tratado, de como foi dito mais cedo, a memória do negro brasileiro não começa em 1532. A memória do negro brasileiro é ancestral, é uma pedra fundamental da nossa sociedade ocidental. E a invisibilização, a distorção, a escamoteação da memória do negro brasileiro talvez seja a faca mais afiada que corta a nossa carne nos dias de hoje.

Gostaria de chamar a atenção de todo esse Plenário para mim. Voltem-se para mim. Plenário da Assembleia Legislativa de Pernambuco, eu sou a juventude negra! (*Palmas.*) Meu nome é Yuri Galdino da Silva, tenho 21 anos, sou estudante bolsista, prounista, da Universidade Católica de Pernambuco, do curso de História, e, por isso, eu me senti tão à vontade para falar da nossa memória, já que a professora aqui nos trouxe um dado de que a memória em Pernambuco começou bem antes do que foi dito, da data citada por outro infeliz, postulante a ocupante desta plenária.

Eu queria dizer para vocês que sou eu que sou assassinado todos os dias na rua da minha casa, sou eu que sou sequestrado de minha liberdade e me torno cada vez mais vítima da opressão e do encarceramento, a cada nova prisão que sofro,



devido à falta de estrutura social, de assistência social, de educação, de saúde, enfim, de condições estruturais básicas de uma manutenção material digna da vida.

Gostaria que todos estivessem atentos a mim neste momento, porque eu, juventude negra, não aceito mais ser vítima do medo. Eu não aceito mais ser vítima do vilipêndio da minha memória. Eu sei de onde eu vim, eu sei que aqueles que me precederam lutaram, e hoje ainda lutam, tanto por vias legais quanto por vias marginais, para garantir a sua dignidade. E eu não vou mais permitir que o Estado ou os seus representantes tomem de mim o direito à vida e à dignidade. Eu estou de olho.

Eu, a juventude negra, representada aqui por Yuri Galdino da Silva, membro da União dos Estudantes de Pernambuco, digo a vocês: a luta não vai parar; a juventude não vai recuar, e, muito mais do que o futuro desta Nação, eu sou o presente dela. E eu vou fazer valer o meu lugar, aqui nesta Assembleia Legislativa e em qualquer lugar do Brasil, porque não quero mais ter que chorar pela morte de um irmão de alma, independente de cor, de credo, de orientação sexual, enfim.

Eu gostaria de fazer mais uma saudação aos posicionamentos de avanço trazidos aqui para esta plenária, no tocante, principalmente, à formação dos quadros negros para uma democracia direta e não só representativa, e também aos posicionamentos avançados no que trata da segurança pública. Afinal, de fato, esta CPI surge num bom momento, quando a gente para pra pensar e vê que o modelo de segurança pública atual me tem como principal alvo. Sendo assim, dito isto, é preciso que se remodele e que se repense esse modelo de segurança pública.

E a política de drogas é hoje, no meu entendimento — não mais como juventude negra, mas como Yuri Galdino da Silva, estudante de História —, um ponto-chave para a gente poder avançar, porque a segurança pública deve garantir a liberdade, deve garantir a dignidade e o exercício livre da vida em sua plenitude e não apenas visar à coerção, ao encarceramento, à punição. É preciso que a gente tenha um sistema de segurança pública que lute por liberdade, que seja capaz de dar essa garantia àqueles que, pelas vicissitudes do destino, tenham trilhado um caminho que não é socialmente aceito e tenham que permanecer nele pelo resto da vida.



Dito isso, eu gostaria de finalizar minha fala dizendo que não há nada mais justo do que este movimento de reparação, este movimento de reconhecimento e este momento de reflexão sobre a postura da sociedade brasileira para com a população negra e jovem, prioritariamente, já que esse é o tema pautado na Casa.

Afinal, foram os braços negros que ergueram a civilização, que ergueram a sociedade brasileira, que ergueram este País chamado Brasil, e já é hora de termos o nosso devido pagamento.

Muito obrigado e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero passar a palavra para o próximo orador, Cláudio Pinho, do Movimento dos Povos Tradicionais de Camaragibe — MPTC.

O companheiro Yuri traz um tema, fruto de debate, que o Deputado Pastor Eurico e eu tivemos oportunidade de observar, em vários países e hoje se reflete no Brasil também, de que o modelo atual da guerra às drogas quebra qualquer cofre público, em minha opinião. Já quebrou até os Estados Unidos. Então, nós temos que repensar o que fazer para combater o uso de drogas.

Com a palavra Cláudio Pinho.

O SR. CLÁUDIO PINHO - Eu quero dizer, primeiro, boa tarde a todos e todas. Benção para quem é de benção.

Sou Cláudio Pinho, sou de matriz africana, sou um axogum.

Primeiro, nobre Deputado e Presidente desta Mesa, particularmente, eu não aceitei a desculpa de um Secretário de Segurança Pública, primeiro, organizar a casa dos outros para, depois, vir organizar a casa dele. Eu acho que a ausência dele aqui realmente faz falta sim. Ele deveria estar presente aqui, sim, e não estar em outro Estado. Se ele não consegue organizar a casa dele, minha gente, como é que ele vai organizar a casa do vizinho!? Então, ele teria que estar aqui para nos escutar.

Outra coisa: até quando o nosso povo negro, jovem, vai aceitar que infelizmente nesta Casa, por ser a Casa do Povo, a maior bancada hoje é evangélica, e nossos Deputados colocam alguns projetos em favor desse povo negro, de matriz africana, e a bancada evangélica sempre vence? Até quando nós vamos aceitar que essa bancada evangélica venha nos massacrar, nos humilhar,



nos perseguir e nos exterminar como matriz africana? (*Palmas.*) Está na hora de a gente dar um basta!

Estou vendo, daqui uns 10 anos, Sr. Presidente da Mesa, uma guerra santa. Foi postado para mim, ainda há pouco, no meu Face, um pastor aliciando crianças, jovens, com metralhadoras e pistola, para exterminar o nosso povo afrodescendente. Até quando a gente vai aceitar que os nossos irmãos, que a luta de Zumbi, de Danda e de muitos outros venha a se perder? Eu pergunto a você, Vera Baroni, até quando a gente vai permitir isso aí? Até quando a gente vai ter que se esconder, em nossos barracões, com vergonha de nossos torços, de nossas voltas de santo, porque infelizmente uma população evangélica — que não é maioria, acredito que seja minoria — nos persegue?

Eu sou negro, pobre, de comunidade de matriz africana. Eu consegui, graças a Deus, a Olorum, a meu pai Airá, eu sou de Xangô, me formar. Hoje eu dou aula de Flebotomia na Universidade Federal de Pernambuco. A única coisa que digo a meus alunos é que eu sou intolerante com a intolerância, seja ela de que forma for. E eu ouvi um nobre Deputado, delegado de polícia, uma pessoa tão estudada, dizer que não existe genocídio na população negra. Acredito que ele perdeu essa aula, ou ele nunca estudou. Ele deveria rever seus estudos e voltar a uma sala de aula e ter consciência, sim, de que os meus irmãos são assassinados todos os dias, são presos todos os dias.

O que mais me deixa indignado é ver um branco, filho de rico, com dois quilos de maconha, entorpecente, ser autuado apenas como usuário. Se ele fosse eu, um negro, pobre, de periferia, de matriz africana, seria um traficante! Essa é a verdade! Cadê a igualdade? Não existe!

Estamos aqui discutindo, numa CPI, a redução da menoridade. Eu faço aqui um desafio a esta Casa, que é a Casa do Povo: Srs. Deputados, vamos fazer uma CPI para reduzir os seus salários! Vamos fazer uma redução do cartão corporativo! (*Palmas.*) Por que não? Auxílio-moradia, auxílio-paletó! Qual é o cidadão trabalhador, de salário mínimo, que tem esse direito? Eu gostaria de saber.

Um professor ganha 930 reais! Eu sou professor. É até uma vergonha! E nós não temos direito. Eu queria ter direito a auxílio-paletó e auxílio-moradia. Não tenho esse direito. A mim é negado. Quando os senhores políticos são julgados,



infelizmente têm o foro parlamentar. Não podem enfrentar uma Justiça comum. Deveriam, sim, votar isso.

Eu desafio qualquer Deputado aqui desta Casa a fazer esse projeto. Eu gostaria que um Deputado se pronunciasse, mas não com hipocrisia, de verdade, de coração. Enquanto nós não valorizarmos a educação, não há redução da menoridade dos nossos jovens, gente! Vamos dar incentivo aos nossos jovens: escolas, creches, esporte digno para eles. Vamos valorizar nossos professores. Aí, sim, Deputados, nossa educação será excelente. Nossos jovens não precisariam estar na periferia roubando, ou se drogando, ou se matando. É questão apenas de educação, de sensibilidade, coisa que poucos políticos sabem o que é.

Há uma fala minha na I Semana de Direitos Humanos em Camaragibe. Um colega não entendeu meu recado e fez uma carta de repúdio a minha pessoa, quando eu falei que eu Cláudio Pinho sou contra e abomino esses direitos humanos que colocam nas nossas gargantas. Direitos humanos, meus senhores, é para todos: direito à vida, direito à liberdade, direito de ir e vir. Isso, sim, é direitos humanos.

Quando a gente vê um Deputado, como é nos Estados Unidos, ganhar o mesmo valor que um pai de família trabalhador, aí sim é igualdade. Aí, sim, é direitos humanos. Eu sonho com uma política para todos. Nós negros não vamos dormir. Não vamos deixar que a luta de Zumbi seja apagada ou esquecida. Que as palavras de Mandela não sejam esquecidas, e de tantos que estiveram aí lutando por nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não cortei não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Claudio, não exagere, meu amigo. Você tinha 3 minutos. Não vem não. Não tem uma Mesa mais democrática e tolerante do que a minha.

O SR. CLÁUDIO PINHO - Obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Com a palavra Anderson Venâncio.

O SR. ANDERSON VENÂNCIO - Boa tarde a todos.



Antes de mais nada, queria registrar aqui o meu eterno agradecimento a Olodumaré, por, exatamente há 23 anos, ter soprado o seu eu em mim, o sopro da vida, para que eu viesse à Terra. (*Palmas.*)

Axogum, motumbá, kolofé, mukuiu, saravá, viva Deus, salve Deus a todos os presentes!

Só por uma questão histórica e de reconhecimento, queria pedir que se registrasse também o equívoco cometido quando se foi citado o termo “mulata”, um termo preconceituoso e de racismo. As mulatas, na época da colonização, eram as negrinhas que serviam para carregar água. Esse termo não pertence à nossa etnia, à nossa raça.

E tratando-se de questão histórica, por que nós, de fato, estamos aqui hoje — se estiver equivocado, professora, me corrija —, quando houve o fim do império português na colônia Brasil, surgiu a República. E a preocupação dos republicanos na época, *a priori*, foi criar o Código Penal antes da Constituição. Pensou-se, primeiro, em punir, em castigar, do que em regradar, do que em dar norte, do que em dar direito, do que em dar fundamento. Pensou-se, primeiro, em punir. Até hoje é assim.

Uma simples coisa que está se tornando invisível — particularmente não vi isso ser citado aqui — é que se fala em jovens negros, pobres, favelados, de gueto e de matriz africana, mas não se fala dos mais violentados ainda, os LGBTs. Não estou me fazendo de coitado, mas estou incluído nisso.

Eu sou jovem, negro, pobre, de matriz africana e *gay*! Não se está discutindo isso também. Adicionem aos índices o registro da violência, que é redobrada a quem é negro, *gay*, de terreiro, o que não está acontecendo.

Eu, como jovem, companheiros, não concebo discutir negritude sem discutir religião. Nós viemos completo para o Brasil, com nosso modo de vestir, com nossas comidas, com nosso idioma, com nossas orações, com nossa religião. Então, firmo, mais uma vez, que nós *gays*, negros, jovens, de terreiro estamos na ponta da lança — estamos na ponta da lança.

Sendo jovens, existem diversas especulações de que nós somos o futuro desta Nação. Discordo completamente desse termo, dessa concepção. Eu sou



jovem hoje. Eu sou o presente desta Nação. Eu sou a atualidade. Em mim está toda a minha ancestralidade.

Então, para concluir, só peço que Oduduwa nos dê a sabedoria de trilhar, de poder de fato discutir, de sair daqui da minha casa, Palácio Joaquim Nabuco, Casa do Povo — sejam todos bem-vindos à minha, à nossa Casa! —, para que possamos sair dos gabinetes, sair dos partidos, sair dos diretórios, sair dos Ministérios e ir para as bases, ir para as comunidades onde, de fato, as coisas acontecem.

Com relação ao nobre Deputado, eu não tenho nem o que dizer, porque eu não tenho esse nível intelectual para discutir paritariamente com ele. Enquanto não se colocar na cabeça de quem governa o nosso País, de quem está à frente do nosso povo, que o maior fundamento — eu costumo dizer assim — dos orixás, dos inquices, dos voduns, dos santos é a humildade. Enquanto aquele ícone, que traz por trás toda uma história, todo um significado, estiver na parede, não descer da parede, não fluir de nossos corações, tanto esse ícone como o credo de cada um de nós, nós não vamos avançar em nada. Não adianta se criar CPI, não adianta se criar conferências, não adianta se criar fóruns, não adianta se criar nada. Precisamos, cada um de nós, tomar para si que a luta é nossa. A luta é nossa, e é coisa séria, gente! Palavras bonitas existem na terra de Vera Cruz desde 1500 — nos roubaram, nos estupraram — até hoje. Vamos continuar conversando, dialogando sem chegar a lugar nenhum porque precisa ter cada um de nós o braço forte, a força e a resistência que emanam do Orum para que a gente possa tomar a concepção de que a luta é nossa.

Axé! Axé! Axé! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

A próxima é Lúcia Helena, do GT Racismo, da Prefeitura Municipal de Pernambuco, da nossa Capital. Desculpe, é da Polícia.

A SRA. LÚCIA HELENA - Boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na figura da Deputada Rosângela, da nossa amiga companheira militante Vera Baroni, das mulheres representadas aí na Mesa. Gostaria de cumprimentar a plateia, a plenária, na figura das mulheres também. Estou vendo várias ilustres, Rejane, Marta Almeida, Mãe Elza, Eleonora,



Mari, Mary, a Deputada Teresa Leitão, as psicólogas do Conselho Regional de Psicologia, que se fazem presentes aqui também, e tantas outras.

Gostei muito de tudo o que foi posto aqui. Para mim é até um pouco difícil falar após a fala do Yuri, que se coloca aqui como principal integrante ou principal personalidade do que está sendo discutido hoje, que é o jovem negro. Também me incluo, apesar de ter 30 anos, nessa estatística.

Acredito que o racismo é estruturante na nossa sociedade, assim como a educação. O racismo está dentro da educação. Então, como mudar o racismo se não muda a educação?

Nelson Mandela já dizia que a educação é a arma mais poderosa que existe para mudar o mundo, mas como mudar a educação se nós aprendemos na escola que quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral? E os indígenas que estavam aqui? Estavam de graça? Nós não sabemos nada sobre eles! Nós não sabemos quantos eram, como viviam, qual era a religião deles! Apesar de a maioria da população brasileira ser negra, nós não aprendemos nada sobre a população negra na escola. Nós não aprendemos quem eram os reis e as rainhas da África. Nós nem aprendemos que o Egito fica na África. A gente aprende sobre a civilização egípcia, uma civilização tão importante, que nos legou tantas coisas boas na ciência e em vários outros campos do conhecimento, não é verdade? Mas muitos de nós não aprendemos na escola que o Egito fica na África. E aí? Muitos hoje dizem que as pirâmides do Egito foram construídas por extraterrestres porque não admitem que os negros que as construíram. (*Palmas.*)

Então, gente, como mudar a realidade do Brasil se ainda tem gente falando em cabelo bom e cabelo ruim? Ora, o que o cabelo fez para ser bom ou ser ruim? Não existe cabelo bom ou cabelo ruim. São essas expressões racistas que perpetuam o racismo na nossa sociedade, que fazem com que na família o filho que é negro seja tratado diferente dos outros. A própria mãe ou o próprio pai muitas vezes discriminam o filho porque ele é negro. Na escola, desde a alfabetização, a criança negra é tratada diferente — desde a alfabetização!

Eu vi um depoimento da Delegada Gleide Ângelo, que todos aqui conhecem muito bem, dizendo que levou o filho para a escola, de 3 anos, um menino negro, e a filha, que é branca — nossa miscigenação, não é verdade?, que não reflete a



democracia racial, que não existe no Brasil ainda. E aí, quando ela chegou na escola com os dois filhos, a criança branca, paparicada — *“Ai, que menina linda!”* — e tal, todo mundo beijando, e o menino lá escanteado, filho dela também. Ao término do período escolar, quando a mãe foi buscar os dois na escola, o filho estava muito triste e disse à mãe: *“Mãe, me leve no médico, mãe, para eu tirar essa cor. Por que eu sou marrom?”* Uma criança de 3 anos já identifica o tratamento diferenciado que ela sofre pelo simples fato de ter nascido negra!

Então, gente, o racismo, que é estruturante na sociedade, ele deve ser combatido através da educação. Muitos aqui já falaram da Lei nº 10.639. Já completou 12 anos, não é? É de 2003. São 12 anos. Vai completar 12 anos ainda, acho que em novembro, não é verdade? Se nós não atuarmos na educação, não vamos ter mudança. Podemos até ter, como vimos tendo, lenta e pouca. Não se pode negar, nós estamos tendo mudanças, sim, mas elas ainda são insuficientes para a necessidade que existe. Mas enquanto não se tratar do racismo no âmbito da educação, a gente vai continuar tendo adultos racistas sim. E ele pode estar na Assembleia Legislativa, na Polícia Militar, na escola, no hospital, em qualquer lugar, expondo o seu racismo muitas vezes inconscientemente, porque nem ele sabe que é racista.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição.

Passo a palavra para o Marcelo Santa Cruz, Vereador de Olinda.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ - Boa tarde a todos e a todas. Saúdo o Sérgio Moura, a Vera Baroni, nossa amiga de lutas, a Deputada Rosângela Gomes, Relatora da CPI, o Deputado Reginaldo Lopes, o Promotor Maxwell, o Romero, do GAJOP, o Alerson. Saúdo também os Deputados aqui presentes, o Betinho Gomes, o Edilson... E em nome de Teresa Leitão, nossa Deputada Presidente do Partido dos Trabalhadores, saúdo todos os demais aqui presentes.

Acho que esta audiência está ocorrendo num momento muito importante, justamente na data de hoje, 13 de julho, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente está fazendo 25 anos. Agora há pouco estávamos no júri simulado promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. O júri tinha três



defensores da redução da maioria penal e três contrários à redução da maioria penal. E o jurado era formado por 11 pessoas, representantes de entidades da sociedade, como os Conselhos de Medicina, de Psicologia, a Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB, representante da associação dos cartórios, representante das igrejas evangélicas, um pastor... O resultado do júri está ocorrendo ainda, o resultado das pessoas que estavam votando, da população. Mas, no júri, o resultado contra a redução da maioria penal foi de 8 a 3, o que vem comprovar que mais um crime se quer cometer contra o povo, especialmente contra as nossas comunidades de periferias, negros e negras.

No entanto, diz a Rede Globo, o que muitas vezes influenciou o Parlamento Nacional, que existia uma pesquisa apontando oitenta e poucos por cento a favor da redução da maioria penal, e muitos votaram. Mas quando a gente vai ouvir a opinião da sociedade, a opinião das pessoas mais esclarecidas, das entidades, a gente observa que não é verdadeira essa pesquisa que aí está colocada. Mesmo se o fosse, o nazismo teve o apoio da população alemã, no entanto foi um genocídio, e até hoje nós estamos ainda pagando o preço que custou o nazismo lá na Alemanha, que se espalhou para todo o mundo. Portanto, não é apenas a votação da maioria que pode ditar a expressão da votação.

Hoje, especialmente, a gente observa nas Câmaras, no Parlamento, no Congresso Nacional, uma onda conservadora contra os direitos humanos, contra a cidadania. Há bem pouco tempo, foi votado aqui nesta Casa o Plano Estadual de Educação, como também foi votado lá na Câmara Municipal de Olinda o Plano Municipal de Educação.

Pois bem, a bancada evangélica e os conservadores, inclusive influenciando os católicos, votaram contra a diversidade, querendo retirar inclusive do Plano Nacional, em nível municipal, o termo “diversidade”, com a intenção de interditar o debate sobre identidade racial, etnia e orientação sexual na educação. E isso, flagrantemente inconstitucional, isso se espalhou pelas Câmaras do Brasil todo.

Então, é justamente contra essa onda conservadora que a gente tem que se insurgir. A gente tem que dizer que não se pode querer aprovar a redução da maioria penal, porque, em se aprovando a redução da maioria penal — é



justamente este o debate que estamos fazendo aqui —, quem vai pagar o preço, quem vai ser assassinado são os nossos jovens de periferia, negros e negras.

Portanto, companheiros, fiquem alertas! E vamos continuar nesta luta, porque é a luta em defesa da cidadania e dos direitos humanos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero convidar a última oradora, a companheira Iris Regina.

A SRA. IRIS REGINA - Boa tarde. Saudação a todos, principalmente aos mais velhos.

Eu não ia falar, não, mas, enfim...

Eu queria começar parabenizando principalmente o Promotor Maxwell, porque a fala dele é a de um homem branco que reconhece os seus privilégios, e a partir disso a gente pode conversar, diferente da do nosso querido delegado, que não tem noção da realidade nem dos dados. *(Palmas.)*

Eu queria só reforçar um pouquinho o que o nosso amigo Leo falou, para vocês anotarem isto, a respeito da questão da comunicação, que foi muito pouco falada aqui. Essa comunicação que a gente tem hoje, ela está na mão de pessoas que pensam como o delegado, de pessoas que estão formando as pessoas com essa opinião, pessoas que pensam como ele, que manipulam a opinião pública a favor de interesses próprios. Porque, na verdade, comunicação é educação. As nossas crianças ficam 4 horas na escola e 7 ou 8 horas na frente da televisão. Então, a gente tem que parar de pensar essa comunicação só como lazer: *“Ah, não tem nada para fazer, eu vou ficar ali na frente da TV, na frente do rádio”*. Essa comunicação está formando a opinião dessas pessoas e pessoas que pensam como o nosso querido amigo delegado. A gente não pode mais permitir isso.

Eu sou do Cabelação e sou do CCJ Recife, que é um projeto social que está localizado lá no Totó, lá em cima no morro, onde a gente tem um presídio. Então, a gente está trabalhando arte e cultura com esses meninos, porque a gente, infelizmente, é obrigado a fazer o que o Estado não está fazendo. Então a gente está trabalhando com esses meninos que poderiam estar na rua. Se vocês não sabem, ali em cima a gente tem os meninos do gol. Os meninos do gol são os meninos que ficam lá na ponta do presídio, lá em cima do morro, só esperando o



sinal para jogar um saco de cola. Eles recebem 100 reais para fazer isso. Só para vocês saberem, tá?

E infelizmente, infelizmente, essa instituição, a Polícia, até quando ela é vítima? Desculpem-me, revisando: até quando essa Polícia é vítima? Temos a Capitã Lúcia Helena. Ainda bem que temos mulheres como você dentro da instituição para tentar humanizar esse povo. *(Palmas.)*

Para fechar, eu queria lembrar o caso do nosso irmão Samambaia. Samambaia foi um jovem negro que estava voltando ou indo para a sua faculdade... O corpo foi encontrado dias depois, com... Ele tinha o cabelo como o meu. Ele foi encontrado mutilado e com seus cabelos cortados. Talvez vocês não tenham noção da importância que é para a gente isto que a gente carrega em cima da cabeça, sabe? Não é só estética, é muito mais do que isso. E, assim, quem faz isso, quem corta os cabelos numa situação dessas é polícia, não é ladrão, não é ninguém.

Então, retomo essa coisa dos autos de resistência e a questão da comunicação, que eu gostaria muito que vocês levassem.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero agradecer a intervenção de todos.

Eu quero passar a palavra à Deputada Relatora e depois, para uma intervenção final, aos Deputados Pastor Eurico e Betinho Gomes, que são os Deputados da CPI aqui do Estado de Pernambuco.

Mas antes eu quero dizer que é evidente que a CPI não vai solucionar o problema da violência da noite para o dia. E também quero dizer que os membros que atuam na CPI, que são 54, de todos os partidos, independentemente de posições específicas aqui ou ali, entendem que é uma vergonha o Estado brasileiro ter esse número de homicídios e entendem que isso diminui a Nação brasileira.

O relatório que foi apresentado preliminarmente, para que pudesse ser amplamente debatido, avança, porque ele reconhece o racismo. É a primeira vez que um Parlamento no Brasil reconhece o racismo, institucionalizado, sistematizado, dissimulado, disfarçado, e reconhece que ele estrutura o genocídio. Também é a primeira vez que o Brasil reconhece preliminarmente — não foi votado ainda o relatório, espero que seja aprovado amanhã — que há um genocídio em relação aos



jovens negros e pobres, genocídio com uma leitura estarrecedora não só de mortes de jovens negros, mas também de falta de reparação de danos à nossa população negra e pobre, o que eu chamo de um genocídio simbólico, que é tão igual ou perverso quanto a morte física. E, se reconhece tudo isso, precisa encaminhar proposições legislativas, recomendações ao Executivo. As pessoas dizem assim: *“Ah, mas lei já temos demais. Mais uma?”* É verdade. Nós somos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se nós a cumpríssemos, talvez tivéssemos uma melhor e mais universal legislação.

Mas também é verdade que nós precisamos buscar traduzir essas conclusões que no relatório preliminar a Deputada Rosângela Gomes aponta em proposições que apontem para mudanças, que eu, particularmente, espero que possam ser uma bandeira do movimento negro no sentido das próximas lutas, porque a CPI propõe, mas todos nós conhecemos os Parlamentos: eles funcionam um pouco na pressão, tanto os Parlamentos quanto os Governos, então não se encerra a caminhada da CPI com a apresentação e a aprovação do relatório final; inicia-se outra batalha.

Nesse sentido, se a CPI reconhece o racismo institucionalizado e se reconhece o genocídio, então é evidente que você precisa ter uma proposição legislativa que vá na direção da superação do racismo, também na direção da reparação de danos, e também, já que há um genocídio simbólico também, na direção da promoção da igualdade racial.

Portanto, a CPI apresenta esta PEC que propõe a criação de um fundo nacional constitucional para promoção da igualdade racial, o que é uma luta histórica do movimento negro, até porque criamos a SEPPIR e criaram as coordenadorias nos Estados e nos Municípios.

Eu reconheço que a política de promoção da igualdade racial é como a política da juventude. Tive a oportunidade de criar a Comissão de Juventude em 2003. Percorri o Brasil. Já estive aqui. Essa é uma política que precisa ser transversal, mas também é importante que ela tenha ações focalizadas. O que nós estamos discutindo é que as ações universais, que foram grandes, porque nós tínhamos 2 milhões de universitários e hoje temos 8 milhões de universitários... Se a gente fosse falar das políticas transversais, eu poderia dizer que o Bolsa Família é uma ação importantíssima que o Governo fez para a eliminação da mortalidade



infantil dos negros, das crianças. O Mapa da Violência comprova isso. Até os 12 anos, a taxa é de 1,3 de morte de crianças negras, para uma taxa de 1,0 de morte de crianças brancas, o que comprova que nós superamos a mortalidade infantil dos negros. E ao superarmos a mortalidade infantil dos negros, nós resolvemos então matar os jovens ou encarcerar os negros na sua adolescência e na sua vida adulta.

Isso reafirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente, que completa 25 anos, é um instrumento vitorioso, importante, estratégico para a proteção das nossas crianças, porque a primeira prioridade, prioridade absoluta, é a criança e o adolescente. Inclusive, o Mapa da Violência aponta que é com a perda da proteção do ECA que ocorrem os homicídios dos nossos jovens. O pico da mortalidade de jovens no Brasil ocorre aos 18 anos e aos 19 anos. O pico é enorme! Até os 12 anos, é quase igual a situação de negros e brancos. Isso reforça a importância do ECA. Eu até encaminhei a votação dizendo isto no Congresso: que, em vez de nós, o Parlamento, preservarmos o jovem com 18 anos e 19 anos vivo, nós resolvemos antecipar a sua morte para os 16 anos. Essa é a minha interpretação pessoal.

Então, o que eu quero aqui dizer é que essa PEC é fundamental, porque ela trata, ela reconhece e ela propõe que o Estado brasileiro tenha uma destinação obrigatória de recursos para essas políticas. Espero que essa PEC se transforme numa luta emblemática dos movimentos após a CPI. Nós estamos propondo 2% do IPI e do Imposto de Renda, o que deve dar uns 15 bilhões de reais por ano, e há várias outras proposições sobre crimes de racismo, injúria, outras que nós poderemos acrescentar, várias outras proposições. E, no trâmite da emenda constitucional, o conjunto da sociedade vai propor alterações a esta emenda constitucional.

Também acho que é importante a gente pactuar não mais de maneira federativa, mas de maneira republicana e os Municípios passem a ter responsabilidade, aí a União... Porque hoje é cômodo: nem a União nem os Municípios participam da questão segurança pública. Por isso nós estamos dizendo que, ao constitucionalizar a obrigação de Municípios, Estados e também a União elaborarem planos decenais, nós democratizamos o debate sobre segurança pública. Isso não é pouca coisa. Alguém aqui duvida de que democratizar o debate sobre a educação através dos planos decenais tenha ajudado a contribuir para a



melhoria da educação? Alguém aqui não acredita que, ao democratizar e dar poder ao Conselho Municipal de Saúde, nós melhoramos a saúde no Brasil? Nós temos o melhor sistema de saúde do mundo: o SUS. Se ele está subfinanciado, se precisa de mais recursos... Mas a sua concepção é uma concepção muito moderna e é uma concepção que atende o povo brasileiro. Vários países do mundo copiam o SUS, também o SUAS.

Então, é evidente que, ao apresentar um plano nacional, nós estamos tirando da Presidenta Dilma a ação, tirando do Governo dela, e trazendo-a para uma ação do Estado, até porque os desenhos que o Ministério da Justiça estava construindo com o Fórum de Secretários de Segurança Pública eram desenhos extremamente tímidos, de 20% de redução de homicídios, e não focalizados na juventude negra e pobre. Se o Estado de Pernambuco reduziu em 40% os homicídios — e continua alto o número, acima de um dígito na população geral, e Pernambuco foi o Estado em que mais esse número reduziu no Brasil, com o Pacto pela Vida —, é verdade também que não reduziram os homicídios contra negros; ao contrário, esse número se ampliou. Mesmo quando se reduziu o número de homicídios no Estado de Pernambuco, a violência em relação aos negros se ampliou. Como também — não vou falar da casa do outro, vou falar da minha casa — o meu Governo, ao qual eu tenho muito orgulho de pertencer, o do Lula e da Dilma, assiste ao vexame de, depois de 12 anos, ter reduzido... Eu fico feliz com a redução, porque não desejo, não quero a morte de ninguém pela cor da pele, mas também não aceito que, ao mesmo tempo em que reduzimos em 40% a morte de brancos, tenhamos aumentado em quase 40% a morte de negros nos 12 anos do Governo democrático e popular do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Isso comprova que o nosso Governo de esquerda, por preconceito, no que diz respeito à segurança pública, privatizou o tema, não participou do tema. Talvez por trauma da ditadura, talvez por traumas ideológicos, achou que esse tema não deveria ser pauta da esquerda brasileira, e hoje ele é de domínio de setores chamados de “bancada da segurança”. Na verdade, cabe a um partido, aos militantes da esquerda, a todo o conjunto de Parlamentares, junto com a bancada da segurança, que tem legitimidade para debater, fazer um conjunto de proposições juntos. Porque a única



forma — Mandela nos ensina isto, Gandhi nos ensina isto —, a única forma de a gente diminuir as diferenças é ampliar os diálogos.

Então, eu acho que essa constitucionalização e responsabilização de Estados, Municípios e a União pela elaboração desses planos, envolvendo todos os Poderes... Porque quatro entraves estão colocados para a gente mudar a realidade do Brasil no que diz respeito ao tema “homicídios”. Um é o entrave da impunidade, porque o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil, os juízes, o Judiciário têm que responder por que os processos não são solucionados. É uma vergonha para o Ministério Público só 3% de todos os inquéritos resultarem em condenação! É evidente que também as polícias têm que dizer, as perícias têm que dizer por que não consegue o Ministério Público sustentar a elucidação de um homicídio, como a Justiça Criminal tem que dizer por que ela adora julgar um caso de repercussão, que dá mídia, e odeia investigar quem matou os negros e os pobres. Ela está naturalizando o matar de negros e pobres.

Então, todo mundo está pecador. Vamos ser sinceros entre nós: todos nós estamos pecadores neste tema. E o Estado tem que dizer por que ele não reparou danos — é evidente! —, por que há um conjunto de políticas... Há comunidades vulneráveis! Há territórios vulneráveis. Por que 90% dos homicídios se concentram em 142 Municípios? Se a gente dividir São Paulo, por exemplo, vai ver que no bairro dos Jardins não morre ninguém, mas no Jardim Rosana, no Jardim São Mateus, São Luís e Capão Redondo morrem não sei quantos! São Paulo tem dito e defendido que reduziu o índice para um dígito. É verdade! Só sobrou morte de negros. Essa é a questão.

Então, há problema no processo de persecução penal, problema nas nossas perícias, problema no Ministério Público, problema na Justiça criminal, que prioriza prender usuários de droga e não traficantes, prender quem assalta patrimônios. Também nem vou dizer que a Justiça Criminal está elucidando crime contra patrimônio (*ininteligível*). Todos são presos provisórios. Se não fossem negros e pobres e tivessem um bom advogado, nós teríamos 70% da população carcerária fora da cadeia. Esta é a grande verdade. Também não se consegue elucidar os crimes; só se prende em flagrante. Então, esta é a questão da impunidade. E todos nós já aprendemos que o problema da violência não é o tamanho da pena; é o



tamanho da impunidade. E um país que consegue elucidar 8% dos crimes vende para a sociedade, para todas as comunidades, para jovens a ideia de que o crime compensa. O crime compensa. Não é isso? Então, essa é a situação.

Também há uma cultura da violência. Nós aprendemos que o Brasil é fraterno, é solidário, é gentil. Já pensaram se não fosse? No país matou-se mais do que nas 62 guerras internacionais, e ainda saem dizendo aí na história que nós somos todos gentis, todos ótimos. Mata-se para ver de que lado o cidadão cai. Numa briga de vizinho, o cara mata para porque o chuchu passou para a horta do outro; numa briga de casal, o cara mata a mulher; num final de semana, um grupo de jovens vai para o baile e, se um pisca para a namorada do outro, é morto; em acerto de contas da política falida da guerra às drogas, matam por 10 reais, por 20 reais.

E há a letalidade policial também, que não é de 30%; eu acho que não passa de 10% — mas é altíssima, porque o Estado não pode matar. O Estado é garantidor de direitos, e não velador de direitos. Mas também se morre assim. Nós não podemos aqui colocar a polícia como a única responsável pela violência. Na ausência dela, também haveria violência. Então, nós temos que ser nem muito ao céu nem muito à terra; vamos ao equilíbrio, porque as estatísticas apontam para essa direção.

Mas há uma cultura da violência, e sempre é justificada a morte de um jovem como se ele fosse culpado pela violência. A culpabilidade da vítima é impressionante. E a sociedade também naturalizou essa culpabilidade da vítima. A pessoa diz: *“Ah, ele estava envolvido, não é?”* Às vezes, o próprio irmão ou mãe aceita. É como se houvesse execução extrajudicial no Brasil, pena de morte. Nem havendo pena de morte pode haver execução extrajudicial. Então, também é evidente que há uma culpabilidade da mulher pela violência que sofre: ela é responsável porque é muito atraente. Ou em qualquer hipótese há uma culpabilidade.

Há uma tolerância institucional. A sociedade e todos temos uma tolerância institucional. Nós naturalizamos o matar, e inclusive a grande mídia faz isso. Nós nos reunimos com a grande mídia. Toda a grande mídia naturalizou o matar. Por quê? Onde essas estatísticas são colocadas nos jornais, nas novelas? Pelo contrário,



reforçam e criminalizam o negro como se em potencial ele fosse mais criminoso do que o branco. Então, nós temos um conjunto... É evidente que o problema é a ausência do Estado, a desigualdade socioeconômica.

Esses quatro entraves colocam um desafio republicano para a sociedade brasileira tentar reduzir o número de homicídios. Então, a CPI sabe que não vai resolver todos os problemas, mas aponta uma agenda para o Brasil. Eu espero, numa outra rodada pelo Brasil, após a CPI entregar o relatório e os projetos começarem a tramitar, que o movimento de disputar uma teoria, uma citação, uma fala possa unificar esses quase vinte projetos naquilo que for o mais importante para que nós possamos mudar a realidade do Brasil.

É a esse respeito que eu quero fazer um apelo, para que nós possamos nos unir em prol dessa emenda à Constituição que propõe um fundo de superação do racismo e de reparação de danos. Espero também que nós possamos nos unir em torno da PEC que propõe uma nova concepção do sistema de segurança pública federativa, compartilhada e republicana e com os planos nacional, estaduais e municipais para 10 anos. Espero que o pacto proponha a redução da criminalidade para um dígito.

Reduzir para um dígito?! Podem dizer: “*Você é louco. Isso é impossível*”. Num pacto republicano é possível. Numa economia tão forte como a do Brasil é possível. Em 10 anos é possível nós trazermos as nossas taxas para índices de países civilizados. Vários países conseguiram. Então eu acho que nós temos condição, se, de fato, se envolverem todas as Câmaras, toda a sociedade, todos os Poderes e criarmos uma nova concepção. Dessa forma, é possível.

Isso, no final de 10 anos, significaria preservar 600 mil vidas. Nós estamos falando de pessoas, de seres humanos; não é estatística. Por trás de cada vida dessa existe uma família. Quando se mata uma pessoa, mata-se a família: mata-se a mãe, mata-se a avó, mata-se a esposa.

Nesse sentido, nós temos esse ousado projeto. Temos dialogado muito com o Governo da Presidenta Dilma, com o Ministério da Justiça, acerca de um plano. Um pacto de redução de homicídios sem território, sem idade, sem raça, sem gênero é fadado ao fracasso. E uma meta de 20% é uma meta muito medíocre perante o desafio que temos, pois hoje têm sido feitas inúmeras vítimas no País.



Então, era isso.

Quero passar a palavra à Deputada Rosangela, depois ao Deputado Pastor Eurico e depois, para encerrar, ao Deputado Betinho Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom, eu quero só agradecer a participação de todos e todas: a participação dos Deputados Federais; dos Deputados desta Casa, que com muita propriedade colocaram aqui o tema; da nossa querida Presidenta. Tomei ciência de que V.Exa. é Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores, o que muito me orgulha, porque acho que a mulher hoje tem que ocupar espaços de poder. Fico muito feliz com a sua Presidência, com a valorização que o Partido dos Trabalhadores dá a V.Exa. — parabéns! — e também com a propriedade com que V.Exa. discorre sobre os temas.

Agradeço também à Capitã, que, com muita sabedoria e inteligência, se colocou, e a todos os representantes que aqui falaram. Para não citar todos, vou fazer referência ao Yuri, que chamou muito a atenção da gente aqui nesta tarde; à nossa querida mãe que colocou o seu problema com o seu coração; àquela jovem que está ali, da qual eu me esqueci o nome, que também colocou o tema com bastante propriedade; a todos os que aqui estão. A nossa preocupação é fazer um relatório à Mesa... Ao Maxwell, que me chamou de Rosana Nunes — ganhei mais um novo nome, mais uma nova identidade, mas não tem problema. Eu estou brincando um pouquinho com você. Não tem problema, faz parte.

Nós estamos aqui com a responsabilidade de fazer um relatório com muito compromisso, porque nós sabemos o que é ser jovem, o que é ser mulher, o que é ser negra, o que é ser de comunidade pobre, porque, não obstante eu ter morado parte da minha vida na rua, outra parte morei na favela de Vigário Geral. E sei também a importância do estudo, porque foi a ele que eu me apeguei para mudar a história da minha vida.

O ilustríssimo companheiro do MNU, quando falou aqui, com muita sapiência e propriedade do movimento, da valorização, do combate, citou Nelson Mandela, e eu também gosto muito das suas obras, da sua referência. Mandela sempre nos deixa grandes ensinamentos, e eu muito me apego a eles e tento entender melhor, no dia a dia, quando ele diz que não entende como 2 milhões de homens brancos governam 8 milhões de homens e mulheres negras.



Eu tive a oportunidade de conversar com uma companheira sobre a importância do voto. Nós, mesmo sendo um movimento organizado, na hora de votar, às vezes, votamos de uma forma não muito direcionada e sofremos. Eu quero dizer que eu não tenho dificuldade nenhuma de representar o meu povo. Eu tenho consciência do que eu faço, sei que nós vivemos num Estado Democrático de Direito e respeito todas e todos. Eu sou evangélica; não faço o discurso do ódio. E eu gosto de dizer isso para as pessoas depois não me pegarem lá fora e tentarem me apertar: “*Você é evangélica!*” Não tem problema nenhum. Eu já fui espírita, já fui da quimbanda, do candomblé. Respeito a todos! Eu gosto de me dar ao respeito e eu respeito a todos. (*Palmas.*)

Eu estou aqui, com muita harmonia, com a D. Vera, que se sentou aqui e me tratou com muito carinho. Eu espero ter podido retribuir o carinho que a senhora me fez. Na sua idade, a senhora se parece muito com a minha mãe. Eu respeito a senhora. Nós vivemos num Estado laico. Quem quer ser espírita é espírita; quem quer ser evangélico é evangélico; quem quer ser ateu é ateu. A Constituição nos garante isso. Então, nós precisamos saber lidar com isso e não produzir o discurso do ódio, que eu acho muito triste. Eu acho que nós perdemos muito tempo com isso.

Quando eu cheguei à Comissão de Direitos Humanos, Deputado Reginaldo, eu fiz questão de deixar bem claro que esperava que a Comissão não discutisse religião, porque eu queria trabalhar principalmente em favor daqueles que precisam.

Não sou rica. Vivo com o meu salário, com muita dignidade. Por isso eu trabalho de sábado a sábado, levo este tema com muita seriedade e creio que não vai ficar no esquecimento, porque eu acho que o Brasil está mudando. Está mudando, porque este tema estava engavetado há mais de 30 anos, era uma demanda do movimento social, e o Deputado Reginaldo teve a coragem e a hombridade de resgatar esse tema e trabalhar nele. E me chamou. Eu disse a ele que não tinha experiência de relatoria — como não tenho; estou aprendendo a cada dia, ouvindo cada um dos senhores e das senhores. Mas quero que saibam de uma coisa: eu tenho compromisso com as pessoas que me elegeram por 3 vezes consecutivas Vereadora, depois Deputada Estadual, andando na rua o dia inteiro e na madrugada e, hoje, Deputada Federal, para defender o povo e aquilo em que acredito.



Nós não estamos fazendo um relatório vazio. Reconhecemos que há genocídio, reconhecemos que há racismo. Hoje, mesmo sendo Deputada e, às vezes, me vestindo um pouquinho melhor, ainda assim, toda semana eu sou vítima de racismo escondido, velado, que, infelizmente, o nosso povo tem, porque acha que o povo preto e pobre é inferior ao povo de pele branca. Isso nós temos que combater, temos que lutar contra, não podemos desistir.

Alguém, eu acho que foi o Yuri, falou aqui da luta. Eu estou com ele e não abro. Nós vamos continuar lutando, trabalhando, não só para podermos produzir leis e normas que sejam mais benéficas para o nosso povo, mas também para defender aquilo em que nós acreditamos, com o nosso trabalho, com o nosso dia a dia e com a nossa dignidade.

Chegamos ao fim. Eu agradeço mais uma vez ao Estado do Recife pela acolhida à Comissão e tenho certeza de que vocês não irão se decepcionar com o relatório que nós iremos produzir ao final do trabalho.

Boa tarde. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, quero agradecer mais uma vez a V.Exa. pela sua consideração, pelo carinho de vir a Pernambuco. Quero agradecer a nossa companheira Deputada Rosangela, a todos os que estão agora à Mesa, a todos os que aqui falaram. Eu tenho muito orgulho de estar servindo à sociedade.

Sei que aqueles que aqui estão e que hoje têm um mandato têm suas bases e representam pessoas. Eu tenho orgulho de ser da bancada evangélica. Respeito aqueles que são de outras bancadas, inclusive aqueles que defendem movimentos de cujos posicionamentos, às vezes, divergimos, mas nunca desrespeitando o ser humano.

Nós tivemos a oportunidade de andar por muitos lugares. Esta audiência está muito tranquila. Esta está um pedaço do céu. Já houve algumas em que tivemos até que ser escoltados. Mas eu fico feliz. Não gosto da forma como somos tratado às vezes.



Hoje eu estou na bancada tríplice, a BBB — dizem que é a bancada da Bíblia, da bala e do boi, como foi citado aqui. Eu estou defendendo a sociedade.

Muitas leis foram aqui citadas, entre as quais a Lei nº 11.635, de 2007. Eu gosto dela. Ela não foi falada aqui, mas é de 2007. O dia 21 de janeiro foi votado e aprovado para ser o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. E intolerância não existe só a religiosa; existe em todas as partes. Precisamos rever esse conceito.

Eu ouvi a professora falar e alguns professores... Que saudade da minha época, quando se aprendia OSPB e Moral e Cívica, que hoje não existem mais. Mas eram situações até positivas.

Agradeço a todos. Quero dizer que respeitamos as pessoas, respeitamos os símbolos nacionais, apesar de que, às vezes, os símbolos religiosos não são respeitados, e alguns defendem alguns posicionamentos pessoais.

Agradeço as palavras do Vereador Marcelo Santa Cruz e as do Vereador Alfredo Santana e encerro dizendo: muito se falou sobre autos de resistência. Talvez alguns não saibam que eu sou o Relator da matéria, mas escutem — escute, meu companheiro Delegado Edson, que aqui está: chegou agora. Na Legislatura passada tivemos muitas dificuldades, até porque representamos também os militares no Congresso Nacional. E um dos pontos que me fez dar o voto favorável à matéria e enfrentar dificuldades é o fato de que não poderemos misturar as coisas.

Eu me lembro muito bem de que, analisando alguns casos, soube que a Deputada Rosângela foi chacoalhada no Rio de Janeiro, o Deputado Delegado Edson também foi chacoalhado em São Paulo. Eu, com todo o respeito aos companheiros — porque disseram que eu estava traíndo as Forças Armadas, os militares, ao canalizar o voto favorável ao auto de resistência; disseram que eu estava ao lado de bandidos e contra os policiais. Isso não é verdade.

Eu pude ver que houve casos em que bandidos brancos — e concordo aqui com vocês também: a maioria, às vezes, é negra — foram dominados, algemados e levados para a delegacia, e no outro dia apareceu a reportagem dando conta de que foram mortos por resistirem à prisão ou agredirem a polícia. Como, se ele foi dominado, algemado, já estava no camburão? Independentemente do delito que ele cometeu, ali estava uma vida humana, um ser humano.



E aí, em São Paulo, algum tempo, mudou um pouco, era um por um: morreu alguém, morreria um policial, se fosse em confronto. E muitos policiais sérios e honestos tiveram suas vidas ceifadas. Existe morte dos dois lados, como foi dito aqui. Então, eu parti da premissa de que não estou defendendo bandidos. O meu voto é porque estou defendendo os policiais sérios deste Brasil. Se existe bandido no meio dos policiais, que estes também sejam julgados. Defendo a vida, defendo pessoas, estamos juntos.

Parabéns à minha companheira, Deputada Rosangela. Estou muito feliz de estarmos juntos nesta CPI e acredito que ao longo deste mandato teremos outras oportunidades de trabalhar juntos.

Reitero ao meu companheiro, sempre Presidente, Reginaldo Lopes, que foi um prazer muito grande trabalharmos juntos em outras Comissões, e agora, também nesta CPI. Fico muito feliz de estar encerrando aqui no Estado de Pernambuco os trabalhos desta CPI. Obrigado pelo seu carinho, pelo seu apoio e parabéns pelo seu trabalho. Parabéns a todos.

Independentemente do credo religioso das pessoas, uma coisa é certa: somos seres humanos e devemos respeitar mais e mais uns aos outros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico, pela confiança e pela parceria em várias causas, em várias lutas. Estamos juntos aí. Também agradeço a V.Exa. pela vinda da CPI aqui.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Boa tarde mais uma vez a todos.

Eu queria ser muito breve, mas primeiro quero agradecer, naturalmente, a presença dos membros da CPI que vieram ao nosso Estado, atendendo ao nosso pedido, ao pedido do Deputado Pastor Eurico. Quero cumprimentar mais uma vez os Deputados Estaduais que fizeram parte desta audiência e, sobretudo, os representantes da sociedade.

Nós tivemos aqui oportunidade de discutir um tema que causa, evidentemente, debate acalorado. E a referência dessa discussão é exatamente a violência cometida contra a juventude, especialmente contra a nossa juventude negra.



No Brasil, nós temos dois extremos, e o índice de vulnerabilidade juvenil, que foi divulgado pelo próprio Governo Federal, revela isso: enquanto nós temos os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal como as unidades da Federação com menor índice de vulnerabilidade juvenil, nós temos, no outro extremo, praticamente todos os Estados da Região Nordeste com índices alarmantes: Pernambuco está entre eles, infelizmente, mas também Alagoas, que tem o maior índice de vulnerabilidade juvenil, Paraíba, Ceará, revelando essa profunda distorção regional e segmentada.

E é evidente que nós precisamos ter a capacidade de nos unir em torno daquilo que pode nos mobilizar. Todos nós — e aí eu acompanho a fala da Relatora Rosangela — temos as nossas crenças, temos nossas compreensões e percepções, mas isso não pode nos separar na luta comum que é proteger a nossa juventude, que é enfrentar a violência.

E aí eu me preocupo quando na Câmara dos Deputados nós temos, muitas vezes, um comportamento de defender as nossas posições como se fôssemos torcida organizada. E nós vemos alguns temas na Câmara dos Deputados sendo tratados de maneira muito “emocionalizada”, sem muitas vezes procurarmos a razão para esse debate.

Eu não vou entrar no mérito de quem é a favor ou contra determinados projetos, mas acho que nós precisamos ter mais tranquilidade ao debater assuntos que mexem com a vida do cidadão brasileiro, que mexem com a juventude, que mexem com as pessoas em geral. É necessário tratar com mais racionalidade determinadas questões. A nossa emoção vai estar sempre presente, mas ela não pode ser o guia principal de algumas discussões.

A redução da maioria penal, por exemplo, foi tratada com muita emoção e, muitas vezes, sem profundidade, sem a razão, sem uma discussão mais ampla com segmentos da sociedade que poderiam nos ajudar a pautar esse debate; que poderiam nos ajudar a ter um caminho que fosse, talvez, mais eficiente, mais efetivo; que, de fato, pudesse fazer aquilo que todos nós queremos, que é reduzir a violência, que é enfrentar a violência, que é punir claramente, objetivamente, aqueles que eventualmente se desviarem do caminho e praticarem violência, mas com cuidado, com zelo.



Por isso, ao trazer a Comissão aqui, pelas mãos do nosso Presidente e da Relatora, nós o estamos fazendo exatamente para, em profundidade, debater um assunto que, muitas vezes, não temos condições de tratar apenas a partir da tribuna da Câmara dos Deputados. Temos que ouvir a sociedade, temos que debater com a sociedade, temos que entender as diferenças que estão presentes numa sociedade que tem múltiplas faces, para que nós possamos construir um sentimento e um movimento que, de fato, garanta justiça.

Então, acho que este encontro aqui hoje certamente não vai solucionar nossos problemas, certamente não vai tirar Pernambuco ou outros Estados da situação negativa em relação à violência praticada contra os jovens, mas é debatendo, é discutindo, é ouvindo, é compreendendo e respeitando as diferenças que nós avançamos.

O pior caminho certamente é o caminho da intolerância; o melhor caminho é o caminho da “consensuação” em projetos, em ações que podem preservar, sobretudo, o interesse da sociedade.

Por isso, Presidente Reginaldo, muito obrigado por sua presença; nossa Relatora, Rosangela, muito obrigado pela presença; demais colegas Deputados Federais que vieram também para este encontro, muito obrigado por estarem aqui, na Casa de Joaquim Nabuco, debatendo um tema tão importante.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, da assessoria, dos demais presentes, dos movimentos, dos nossos Deputados Federais do Estado, dos Deputados Estaduais que nos ajudaram — Deputada Teresa Leitão, Deputado Edilson Silva, Deputado Bispo Ossésio. Não esqueci ninguém, não, né? —, dos Vereadores presentes aqui.

Não havendo mais nada a tratar na terra do Joaquim Nabuco, que nos inspira a todos, declaro encerrados os nossos trabalhos, antes convocando reunião para amanhã, terça-feira, dia 14 de julho, na Câmara dos Deputados, a partir das 14h30min, para apreciação do relatório final da Deputada Rosangela Gomes.

Uma boa tarde a todos e uma ótima semana para todos.

Declaro encerrados os trabalhos.